

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Mestrado em Relações Internacionais

**COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

Rita de Cássia Oliveira Fontanez

**Belo Horizonte
2009**

Rita de Cássia Oliveira Fontanez

**COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS**

**Dissertação apresentada no Programa de
Pós- Graduação em Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais como requisito
parcial para a obtenção de título de
Mestre em Relações Internacionais.**

Orientador: Otávio Soares Dulci

**Belo Horizonte
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

F679c	Fontanez, Rita de Cássia Oliveira Comunicação e desenvolvimento nas relações internacionais / Rita de Cássia Oliveira Fontanez. Belo Horizonte, 2009. 85f. : Il.
Minas	Orientador: Otávio Soares Dulci Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Gerais. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. 1. Comunicação nas organizações. 2. Desenvolvimento organizacional. 3. Relações internacionais. 4. Fundo de População das Nações Unidas. I. Dulci, Otávio Soares. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 658.012.45

“Comunicação e Desenvolvimento nas Relações Internacionais”

Rita de Cássia Oliveira Fontanez

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Aprovada em 30 de março de 2009.

Por:

Prof. Dr. Otávio Soares Dulci - Orientador
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PUC Minas)

Prof^a. Dra. Cristina Almeida Cunha Filgueiras
Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PUC Minas)

Prof. Dr. Olympio Barbanti Júnior
Consultor do PNUD

DEDICATÓRIA

**A minha mãe, Dulce, pela delicadeza
e sensibilidade; e ao meu marido,
Helder Guimarães, pela compreensão,
carinho e apoio incondicional.**

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Otávio Soares Dulci, pela sua generosidade em me guiar no caminho, para mim difícil, do aprendizado acadêmico.

Ao professor Olympio Barbanti, pela valiosa contribuição. Ao professor Eugênio Diniz, pelo incentivo. Aos meus colegas de turma, minha alegria pela convivência e à Joana pela solidariedade e companheirismo. Também à Paula, pela gentileza de sempre em seu trabalho à frente da Secretaria do Programa de Mestrado em Relações Internacionais.

Aos meus colegas da Assessoria de Comunicação da Fundação Hemominas, sobretudo Marina, por ter realizado, muitas vezes, meu trabalho na minha ausência. À Direção Superior da Fundação por ter autorizado a realização do mestrado.

A Alanna Armitage, representante do UNFPA Brasil e diretora na Argentina e Paraguai; Taís Santos, representante auxiliar e coordenadora de programa do UNFPA Brasil; e Etienne França, oficial de comunicação do UNFPA Brasil pela disponibilidade e generosa acolhida durante minha pesquisa em Brasília.

Aos meus irmãos, ao meu pai, Ângelo Fontanez, sobrinhos e sobrinhas pelo amor que sinto por eles. A minha Tia Maria e meus primos pela ajuda inestimável.

Aos meus amigos e amigas, no Brasil e no exterior, que fizeram meu caminho mais alegre e fraterno.

À família Moggi pelo apoio e meu especial agradecimento a Helena Moggi, por sempre ter acreditado em mim.

EPÍGRAFE

***“Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer outras
maiores perguntas.”***

Guimarães Rosa

RESUMO

Esta dissertação baseou-se no estudo de dois casos de comunicação voltados para o desenvolvimento em uma instituição internacional – UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas (ONU).

A pesquisa utilizou as teorias de desenvolvimento, bem como aquelas ligadas à comunicação de massa. Ao mesmo tempo, também se valeu das discussões teóricas que se realizam no campo da comunicação para o desenvolvimento e o Institucionalismo Sociológico nas Relações Internacionais – todas elas instrumentos essenciais para construir o debate e análise do objeto, ou seja, dois projetos de comunicação em uma instituição internacional.

A finalidade do trabalho foi responder ao problema apresentado, ou seja, se a comunicação pode ser utilizada como ferramenta para se alcançar o desenvolvimento e como ela é utilizada. A revisão da literatura de várias teorias se fez necessária por se tratar de um estudo caracterizado pela interrelação de diversos campos, possuindo assim, caráter multidisciplinar.

A conclusão sugerida por este trabalho é que a comunicação é utilizada, principalmente nas Relações Internacionais através das instituições, como ferramenta no auxílio da conquista do desenvolvimento. A comunicação para o desenvolvimento se apresenta da forma difusora e da forma participativa, sendo esta última considerada a forma mais apropriada nos projetos de comunicação voltados para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Comunicação. Desenvolvimento. Relações Internacionais.

ABSTRACT

This dissertation is based on the study of two cases related to communication applied to development, at an international institution – UNFPA – United Nations Fund for Population.

In this research, theories of development and of mass communication were utilized. This was also the case for theoretical discussions that are prevalent in the field of communication for development and the Sociological Institutionalism in International Relations – all essential tools for constructing the debate and, from then, devising the analysis of two projects in the area of communications at an international institution.

The objective of this work was to provide answers to the question posed, that is, the use of communication as an instrument to favor development and how this tool is utilized. The review of the literature related to several theories was necessary, due to the fact that the research is characterized by the interrelation of several fields of study – hence marked by a multidisciplinary approach.

The conclusion of this work is that communication is especially utilized in International Relations, by institutions, as a tool in facilitating development. Communication for Development presents itself both in its diffusion form and participative form – with the latter considered the most appropriate for projects for communication aiming at creating development.

Key-words: Communication. Development. International Relations.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.2. Metodologia.....	12
2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO.....	15
2.1. Desenvolvimento Econômico.....	16
2.2. Marxismo e Teoria da Dependência.....	20
2.3. Desenvolvimento Social.....	23
2.4. Pensamento Crítico e Desenvolvimento.....	25
2.5. Gênero e Teorias Feministas de Desenvolvimento.....	27
2.6. Considerações Finais.....	29
3. COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	32
3.1. Comunicação.....	32
3.2. Comunicação de Massa.....	33
3.3. Comunicação e Desenvolvimento.....	38
3.4. Comunicação e Desenvolvimento nas Relações Internacionais.....	49
4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, INSTITUCIONALISMO SOCIOLÓGICO E O UNFPA.....	54
4.1. O Institucionalismo nas Relações Internacionais.....	54
4.2. O UNFPA.....	58
4.3. Projeto “Expressa!” – Uma iniciativa de mobilização juvenil.....	64
4.3.1. <i>Divulgação e Resultados</i>	65
4.4. Projeto PAF/Mídia - Capacitação de Jovens Radialistas.....	67
4.4.1. <i>Histórico</i>	67
4.4.2. <i>Objetivos do Projeto</i>	68
4.4.3. <i>Execução do projeto</i>	69
4.4.4. <i>Resultados e Divulgação</i>	70
5. CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXO.....	85

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu de meu interesse em aprofundar um campo do conhecimento que, apesar de não possuir ainda referências bibliográficas ampliadas, teoria e pesquisa, vem ganhando espaço dentro das instituições internacionais. A comunicação para o desenvolvimento tem sido objeto de debate nas agências de cooperação internacional, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e principalmente na Organização das Nações Unidas, ONU, através de suas várias agências que fomentam o desenvolvimento.

O interesse também nasceu da minha experiência profissional como jornalista e de um período, em que morei no exterior por cerca de dez anos, levando-me a compreender que as diferenças culturais, religiosas e de poder econômico representam o grande desafio para o desenvolvimento. Entendo também que mecanismos devem ser criados para que estes desafios não se tornem um obstáculo intransponível para que as comunidades tenham uma melhor qualidade de vida. Qualidade de vida aqui corresponde ao acesso à saúde, educação, respeito ao meio ambiente e, sobretudo, poder escolher seu próprio modelo de desenvolvimento.

Como se trata de um campo ainda “jovem” e diversificado, a comunicação para o desenvolvimento abraça muitas denominações, tais como Comunicação para Mudança Social, Mobilização Social, Comunicação Participativa e várias outras. Sílvia Waisbord usa o termo “development communication” em seu texto “Cinco ideias-chaves: coincidências e desafios em comunicação e desenvolvimento” (2005).

Em meu estudo, o termo escolhido é o mesmo utilizado por Thomas Tufte, Oscar Humer, Jan Servaes, entre outros, ou seja, comunicação para o desenvolvimento. Deve-se lembrar, no entanto, que, independente da variação de nomenclatura, o significado é o mesmo. A escolha, neste trabalho, por comunicação para o desenvolvimento se dá pelo fato de compreender que a comunicação é uma ferramenta fundamental para se alcançar o desenvolvimento, além do fato de, em tradução livre para o português, esta denominação fazer mais sentido.

Acredito também ser salutar para um Programa de Mestrado em Relações Internacionais abrir espaço para a realização de um trabalho que, embora não esteja

ligado diretamente aos estudos específicos da área, ecoa como uma parte importante nas relações entre países através das instituições internacionais. O tema desenvolvimento volta à tona no ambiente internacional, principalmente agora que o mundo atravessa uma crise econômica sem precedentes diante do número de países que estão e serão afetados devido à globalização. Uma crise gerada, não em países em desenvolvimento, como se costumava ver, mas em países desenvolvidos que se consideram modelo de desenvolvimento.

As crises, historicamente, possibilitam mudanças de comportamento que, a longo prazo, se transformam em mudanças sociais. Elas possibilitam a quebra de paradigmas e a criação de novos modelos. As “verdades” que outrora eram inquestionáveis passam a ser questionadas. Este é o momento propício para que um modelo mais justo e mais igualitário de desenvolvimento se estabeleça. Assim, a comunicação pode desempenhar um papel fundamental na abordagem e divulgação de novos paradigmas de desenvolvimento.

Tendo esta concepção em mente, a dissertação é apresentada em quatro capítulos. O primeiro é dedicado ao desenvolvimento e sua inserção nas Relações Internacionais. Debruçar sobre o tema desenvolvimento significa buscar compreendê-lo como um fenômeno da modernização. O conceito de desenvolvimento possui várias leituras de acordo com várias correntes teóricas que surgiram ao longo dos anos. Devido à complexidade, à diversidade e ao caráter multidisciplinar do desenvolvimento, o primeiro capítulo é dedicado a uma revisão da literatura das principais teorias e seus autores mais relevantes.

O capítulo começa com uma revisão dos principais conceitos e autores da corrente teórica do desenvolvimento econômico. O campo da economia tem forte predominância e grande influência nas ideias do desenvolvimento. Desenvolvimento ainda significa, para muitos, crescimento econômico e as melhores ferramentas para se alcançar o desenvolvimento são os fundamentos da economia responsáveis pela geração de riqueza. A grande crítica à Teoria Econômica de Desenvolvimento é que gerar riqueza não significa que todos terão acesso a ela.

Para a Teoria Marxista o capitalismo é um sistema imperfeito que gera crises de forma endógena. Assim, o desenvolvimento originário do sistema capitalista seria desigual e contraditório, favorecendo a luta de classes.

A Teoria da Dependência, nascida na América Latina, argumenta que os países não se desenvolvem por terem uma relação de dependência com os países desenvolvidos. A Teoria se destaca por ser uma teoria sistêmica com ênfase na relação entre os estados e tem como um de seus méritos ser uma teoria nascida nos países do Terceiro Mundo que buscavam o desenvolvimento e viram nesta teoria uma possibilidade, já que o modelo de desenvolvimento europeu-americano não funcionou na América Latina. A grande crítica à Teoria da Dependência é que os países do sudeste asiático conseguiram bons índices de desenvolvimento mesmo tendo uma relação de dependência com os países ricos.

O conceito de Desenvolvimento Social está relacionado ao conceito de bem-estar, ou seja, o Desenvolvimento Social busca promover o bem-estar das pessoas. Bem-estar compreende o conceito utilizado por James Midgley em seu livro “Desenvolvimento Social”, no qual o autor considera bem-estar como uma condição social. A condição social possui três elementos: como os problemas sociais são trabalhados em diferentes âmbitos da sociedade, necessidades sociais básicas de sobrevivência (alimentação, água etc.) e oportunidades sociais que possibilitem às pessoas avançar e realizar todo o seu potencial. Para Amartya Sen, o bem-estar está relacionado à noção de funcionamentos. Os funcionamentos representam ações e estados das pessoas, ou seja, como elas agem ou como elas se sentem. O bem-estar seria então a capacidade que o indivíduo tem de realizar estes funcionamentos e esta realização dependeria da liberdade de escolha de cada um (SEN, 2001). Seguindo o raciocínio de Sen, desenvolvimento significa que as pessoas tenham condição de escolher aquilo que lhes proporciona bem-estar. Dentro das linhas teóricas sobre o desenvolvimento, o enfoque do Desenvolvimento Social representa o mais globalizado de todos por dedicar seus estudos a sociedades.

Para o objeto de pesquisa deste trabalho, ou seja, projetos de comunicação voltados para o desenvolvimento realizados por uma Agência da ONU, o Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA – a revisão da literatura das Teorias de Desenvolvimento foi de suma importância para chegar à conclusão de que o conceito de Desenvolvimento Social é o utilizado pelo objeto de estudo.

No segundo capítulo, “Comunicação e Desenvolvimento nas Relações Internacionais”, considerado aquele que incorpora o detalhamento teórico do tema deste trabalho, realizou-se um mergulho nas teorias de comunicação de massa e também nas que surgiram no campo da comunicação para o desenvolvimento e, ainda, como estas teorias estão sendo hoje propostas e construídas. A base predominante do capítulo apoia-se no livro “Media & Glocal Change – Rethinking Communication for Development”, organizado pelos pesquisadores Oscar Hemer e Thomas Tufte. O livro, constituído com as colaborações de 37 autores, distribuídos em 28 capítulos, busca explorar os limites e o potencial da comunicação como uma ferramenta para o desenvolvimento e para a mudança social.

Os artigos contidos no livro trazem um panorama do que está sendo discutido e realizado no campo da comunicação para o desenvolvimento, levando em consideração a melhora da qualidade de vida e a possibilidade de empoderamento das pessoas para que elas possam decidir o caminho de suas comunidades rumo ao desenvolvimento que elas desejarem. Para os autores, a comunicação não vai resolver todas as barreiras relacionadas ao desenvolvimento, mas pode ser uma ferramenta utilizada na resolução de problemas que venham a surgir ao longo do processo.

O capítulo três, “Relações Internacionais, Institucionalismo Sociológico e o UNFPA”, é primeiramente dedicado à utilização da linha teórica do Institucionalismo Sociológico na disciplina de Relações Internacionais. O Institucionalismo Sociológico incorpora elementos da sociologia que são extremamente úteis ao entendimento do funcionamento de uma agência da ONU que trabalha com o desenvolvimento.

Dentro da corrente Institucionalista, o Institucionalismo Sociológico possui um caráter muito mais global do que os outros pontos de vista institucionalistas por considerar, não apenas os aspectos referentes às regras e normas, como também os sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e morais. Assim, o Institucionalismo Sociológico permite uma maior conexão não só com o pensamento do Desenvolvimento Social, como também com as linhas de pensamento que predominam no campo da comunicação para o desenvolvimento e na análise de uma agência internacional como o UNFPA.

O terceiro capítulo aborda ainda o objeto da pesquisa, ou seja, descreve e analisa dois projetos de comunicação para o desenvolvimento realizados pelo UNFPA. Os projetos escolhidos, ambos voltados para a população jovem (todas as áreas focais do UNFPA envolvem a população jovem), são o projeto “Expressa!”, realizado em 2006, e o projeto PAF/Mídia – Capacitação de Jovens Radialistas, realizado em 2003.

Por fim, o quarto e último capítulo constitui a conclusão da análise dos dois projetos e do trabalho como um todo. Salientando que o campo da comunicação para o desenvolvimento tem ganhado, a cada dia, mais espaço não só nas instituições que trabalham com o desenvolvimento, mas também na área acadêmica. O que significa que o campo, relativamente bem jovem, tem ainda muito que evoluir na construção de paradigmas.

1.2 – Metodologia

Este trabalho adotou o método de estudo de caso na procura da análise e do aprofundamento do problema proposto, ou seja, se a comunicação pode ser considerada uma ferramenta para o desenvolvimento e como ela pode ser utilizada para atingir aquele fim. Foram analisados dois casos de comunicação voltados para o desenvolvimento – a campanha “Expressa!” e o projeto PAF/Mídia – Capacitação de Jovens Radialistas.

O método de estudo de caso se mostrou propício por, primeiro, se tratar de um problema pouco conhecido teoricamente. Assim, toda a literatura estudada sobre o tema busca, através da observação da prática, extrair as reflexões necessárias na construção de teorias que possam ajudar na resolução de problemas.

Segundo, a própria pergunta do problema “como a comunicação pode ser utilizada para o desenvolvimento” solicita o estudo de caso como o método mais eficaz na busca de respostas. Em geral, os estudos de caso são estratégias metodológicas apropriadas quando o problema a ser estudado compreende as perguntas “por que” e “como”. A sua utilização também se faz propícia quando o pesquisador praticamente não possui controle sobre os eventos, principalmente aqueles que acontecem no âmbito da vida real. (YIN, 1984, p.1, citado por SOY).

De acordo com Robert K. Yin, o objetivo do estudo de caso não é particularizar, mas sim generalizar a análise (YIN, 1984, p.10 citado por SOY). O estudo de caso possibilita que a análise local de um único caso possa trazer explicações globais em um determinado assunto ou objeto de pesquisa.

O estudo de caso é amplamente utilizado por cientistas sociais junto com a pesquisa qualitativa. O método de estudo de caso permite aos pesquisadores manter as características holísticas e significativas de eventos da vida real como ciclos de vida individuais, processos gerenciais e organizacionais, mudanças comunitárias, relações internacionais e a maturação de indústrias. (YIN, 1984 citado por SOY).

Como os estudos de caso enfatizam a análise do contexto em um número limitado de eventos ou condições e suas relações, o trabalho se dedicou somente ao estudo de dois casos que, acredito, satisfatoriamente respondem ao problema da pesquisa.

A pesquisa também contou com a análise dos relatórios finais de avaliação realizados pela equipe do UNFPA, da campanha “Expressa!”, do projeto PAF/Mídia – Capacitação de Jovens Radialistas e publicações contendo as diretrizes e informações do trabalho da instituição. Foram realizadas duas visitas ao escritório do UNFPA em Brasília em setembro de 2008, onde tive a oportunidade de conhecer mais profundamente os conceitos utilizados pela instituição na realização de suas atividades, não só no Brasil, como em escala global. Na ocasião, foram realizadas entrevistas com duas pessoas-chave do UNFPA para minha pesquisa: Taís de Freitas Santos, representante-auxiliar da instituição e Etienne França, assessora de Comunicação e Advocacy. Vale ressaltar que não houve entrevistas com as outras partes envolvidas nos projetos, como os jornalistas do projeto PAF/Mídia e o grupo focal do projeto “Expressa!”, pois os relatórios dos projetos já continham as perspectivas destes grupos.

As entrevistas realizadas foram conduzidas de forma semi-estruturada, ou seja, “a sua principal característica é basear-se em um roteiro que apresenta questões com respostas abertas, não previamente codificadas, nas quais o entrevistado pode discorrer livremente sobre um tema proposto ou pergunta formulada” (CORTES, 1998). Além disso, a padronização da entrevista se deu de forma não-diretiva, com a seleção de pessoas representativas no contexto do objeto da pesquisa.

A pesquisa realizada desta forma possibilitou que, no final, os projetos selecionados propiciassem a resposta desejada através, sobretudo, de uma análise qualitativa. A análise qualitativa foi escolhida por possuir grande ênfase teórica no micro, na ação, na compreensão e no caráter subjetivo. Além de estudar a partir do individual para o geral. O método quantitativo, por sua vez, é centralizado na estrutura, na explicação e no caráter objetivo da pesquisa. A maioria dos adeptos do método qualitativo destaca seu potencial de compreensão profunda de certos fenômenos a serem estudados. Como tanto o objeto da pesquisa, quanto seu problema possuem características centradas no micro, no indivíduo e na prática de ações, nada mais coerente para responder as questões levantadas através da análise qualitativa.

A análise qualitativa, além de contribuir na verificação da hipótese “a comunicação pode ser utilizada como ferramenta para se alcançar o desenvolvimento”, também contribui para a reflexão de como esta ferramenta é utilizada através da comparação entre os dois casos.

O método de estudo de casos, no entanto, tem suas limitações. De acordo com seus críticos, o estudo de um pequeno número de casos não oferece segurança em suas conclusões, além de apresentar certa tendência a generalizações, exatamente por ter como base exemplos restritos de, por assim dizer, respostas ao problema apresentado. Este trabalho igualmente possui suas limitações já que se propõe ao estudo de dois casos em uma única instituição, o UNFPA.

Nesse sentido, o trabalho não tem a pretensão de responder a todas as questões que envolvem o campo da comunicação para o desenvolvimento nas Relações Internacionais. Ao contrário, visa despertar a atenção para a existência de um campo ora se transformando em área de grande interesse e objeto de pesquisas. Esses estudos, por sua vez, devem evoluir para a criação de paradigmas que possam ajudar a responder à altura os problemas e desafios enfrentados pelo desenvolvimento nos países pobres e no contexto global.

2 – TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO

Este capítulo tem o objetivo de levantar, através de literatura, as principais correntes teóricas que abordam o desenvolvimento e a sua interface com as Relações Internacionais (RIs).

Primeiramente é importante deixar claro que existem muitas correntes teóricas e práticas que lidam com o desenvolvimento ao longo da história, portanto este texto apenas busca contemplar aquelas que teriam uma relevância no debate entre os campos de estudo do desenvolvimento e das RIs.

Pode-se afirmar que o desenvolvimento é um conceito que surgiu com a modernidade, com o advento das ciências biológicas, com a idéia de Darwin de evolução (ESTEVA, 2000). No período pós-Segunda Guerra Mundial este conceito organicista e positivista da biologia dado ao desenvolvimento é substituído pela ideia de aperfeiçoamento do ser, considerada um avanço linear, como citado por Olympio Barbanti Jr. (BARBANTI, 2005).

Com isso o desenvolvimento não é apenas compreendido por sua dimensão econômica e sim, também, por sua dimensão social e normativa. Na dimensão econômica a ênfase é colocada nos aspectos do crescimento. Na dimensão social, o progresso. Como Sztompka coloca em seu livro “A Sociologia da Mudança Social”, o progresso, como definição, pode ser considerado por intermédio de:

... noção de aperfeiçoamento, avanço, melhoramento, avaliação de cada estágio consecutivo do processo como relativamente melhor do que o precedente, culminando no estágio final do qual se espera a completa realização de valores desejados como felicidade, abundância, liberdade, justiça, igualdade etc. (SZTOMPKA, 1998).

Pode-se afirmar, seguindo o raciocínio de Sztompka, que o desenvolvimento diz respeito a uma mudança no sistema social.

Já a dimensão normativa considera como esta ordem social deveria ser e não como ela é de fato, usando para isso proposições igualitaristas.

Este capítulo busca abrir o leque dos diversos conceitos teóricos sobre o que é desenvolvimento, o seu propósito e principalmente a grande questão colocada pelos pesquisadores – de que forma alcançá-lo. E para isto, as teorias apresentadas aqui possuem um papel fundamental na reflexão deste tema tão complexo e desafiador ao mesmo tempo. O desenvolvimento é um assunto não apenas doméstico, diz respeito também ao mundo globalizado e faz parte da agenda internacional.

Pode-se dizer que o tema desenvolvimento se entrelaça definitivamente com o campo das Relações Internacionais a partir do discurso de posse, em 1949, realizado pelo presidente norte-americano Harry Truman, quando ele se refere aos países do hemisfério sul como “áreas subdesenvolvidas”: as implicações desta denominação possuem reflexos até hoje nas relações entre os países (SACHS, 2000).

É preciso que nos dediquemos a um programa ousado e moderno que torne nossos avanços científicos e nosso processo industrial disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas. O antigo imperialismo – a exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que imaginamos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma distribuição justa e democrática. (Truman, discurso de posse, 20 de Janeiro de 1949, citado por ESTEVA, 2000).

Este capítulo se divide na abordagem das principais teorias econômicas, sociais e aquelas que apresentam uma linha de pensamento mais crítica ao tema desenvolvimento. Este capítulo não tem como objetivo chegar a conclusões definitivas sobre o tema; em lugar disto refletir sobre o mesmo, para que os estudos relativos ao desenvolvimento, em proximidade com o estudo das Relações Internacionais, possam buscar soluções para um mundo mais justo e harmônico.

2.1 - Desenvolvimento Econômico

As ciências econômicas têm profunda influência nas teorias de desenvolvimento. Segundo Richard Peet, desenvolvimento significa melhorar as condições de vida e economia é o conhecimento sobre o uso efetivo de recursos para que esta melhora ocorra (PEET, 1999). Desta forma, a contribuição realizada por pensadores da área econômica é muito fértil, desde as teorias clássicas até as pós-Keynesianas. O enfoque das teorias econômicas passa necessariamente pela ideia de crescimento econômico, que significa o

aumento do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. Este crescimento provoca a melhoria do padrão de vida das pessoas e ocasiona alterações na estrutura econômica do país (SANDRONI, 1994).

Pablo Bustelo amplia o conceito de desenvolvimento argumentando que este é parte da ciência econômica que se ocupa dos problemas dos países não desenvolvidos, como também das políticas e estratégias para que estes países superem os obstáculos para se desenvolver (BUSTELO, 1998).

Na teoria econômica clássica, Adam Smith pode ser considerado o fundador do pensamento econômico liberal. Nas RIs os teóricos liberais econômicos foram os primeiros a pesquisar sobre o desenvolvimento. Este pensamento influencia até hoje as Relações Internacionais no âmbito do estudo de políticas econômicas. Muitas de suas contribuições receberam a classificação de “teoria da modernização”. Estes teóricos acreditavam que os países subdesenvolvidos seguiriam os passos das nações desenvolvidas ocidentais, deixando de ser uma “sociedade agrária, pré-industrial e tradicional em direção a uma sociedade moderna, industrial e de consumo em massa” (JACKSON et SØRENSEN, 2007).

Smith defende que os indivíduos devem agir de maneira racional para maximizar seus próprios interesses. Esses interesses individuais livremente desenvolvidos seriam controlados pela chamada “mão invisível” representada pela ação do mercado. Na concepção de Smith, o mercado deve funcionar livremente sem intervenção estatal. Esse pensamento se contrapõe ao mercantilismo como teoria predominante praticada pelos países europeus do século IX ao XVIII, com ênfase no controle econômico pelo estado. O mercantilismo está ligado fortemente ao estabelecimento do estado moderno soberano dos séculos XVI e XVII colocando a atividade econômica a serviço da construção de um estado forte, em uma demonstração clara de construção de poder.

Smith acredita que o comportamento individualista faz com que os recursos sejam mais bem aproveitados. Desta maneira, todas as classes poderiam dividir os benefícios do progresso (PEET, 1999). Adam Smith defende que o trabalho tem um valor e que este deve ser especializado não só entre os indivíduos como também nos países. Desse modo pode-se chegar, na visão de Smith, à maximização do lucro e, portanto, desenvolver-se. Assim, o pensamento de Smith representava forte oposição aos donos da terra, pois para

alcançar o desenvolvimento o pensador defendia o livre comércio. Para Smith os mercados deveriam ser regulados por eles mesmos através da competição interna. Com a forte influência dos donos da terra o livre comércio e a competição não existiam.

Outro teórico da economia clássica, David Ricardo, também compartilhava a opinião de Smith. Para ele, à medida que surge o crescimento demográfico e o de capital, há mais necessidade de terras para o aumento do cultivo e consequentemente da produção agrícola. Este aumento de cultivo levaria a um estado estacionário (SANDRONI, 1994) que prejudicaria o desenvolvimento. Os donos da terra, à época, representavam um empecilho. Para Ricardo, os verdadeiros capitalistas eram os trabalhadores da terra e não aqueles que a detinham. Uma solução para o problema, segundo Ricardo, seria o comércio exterior. As teorias de Smith e de Ricardo estavam em consonância com as idéias da Revolução Industrial.

O pensamento clássico defende uma teoria dinâmica de crescimento e aborda as análises econômicas do lado da oferta. Para esses autores a obtenção de colônias favorecia o desenvolvimento e, por sua vez, os países colonizados, por terem contato com países desenvolvidos, teriam um impacto positivo em seu próprio desenvolvimento.

Surge então a visão neoclássica do desenvolvimento econômico que prega a volta da economia utilitária, matemática, centrada muito mais no consumo do que na produção (PEET, 1999). Um dos economistas mais conhecidos desta visão neoclássica é Vilfredo Pareto, com sua teoria conhecida como “Ótimo de Pareto”, consistindo numa “situação hipotética em que ninguém possa alterar a sua situação social, buscando uma posição que mais lhe agrade, sem com isso provocar a mudança de outra pessoa para uma posição que não lhe agrada” (SANDRONI, 1994).

Em síntese, de acordo com Peet, os economistas neoclássicos consideram que sob perfeitas condições competitivas, o preço nos mercados se equilibram através da procura e oferta de produtos de uma maneira eficiente e com isso aqueles que produzem recebem de acordo com o esforço realizado por eles. Capitalismo era, portanto, o melhor cenário econômico possível (PEET, 1999).

Um autor que teve destaque neste pensamento foi Joseph Schumpeter. Com seu modelo de ciclos econômicos ele inovou por distinguir crescimento de desenvolvimento. Para ele, crescimento significa expansão gradual da produção com produtos e técnicas

constantes; assim o desenvolvimento é resultado de novas combinações de fatores produtivos a cargo de empresas empreendedoras com tecnologias inovadoras. A crítica ao modelo de Schumpeter, segundo Bustelo, é que ele considerava em seu modelo apenas os países desenvolvidos (BUSTELO, 1998).

Outro economista com grande influência foi John Maynard Keynes. Uma importante contribuição de Keynes foi deixar claro, através de sua Teoria de Crescimento, que a ideia de que a economia de mercado sozinha levaria ao pleno emprego era um erro. Keynes defendia a política econômica e, conseqüentemente, a necessidade da presença do estado na economia. O problema do desemprego deveria ser solucionado através da intervenção estatal. As propostas de Keynes foram feitas na época em que a economia mundial sofria com a Grande Depressão, que durou toda a década de 30 até a Segunda Guerra Mundial.

O pensamento de Keynes influenciou alguns pontos do “New Deal”, programa econômico adotado em 1933, pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, para combater a depressão. Em resumo, o New Deal adotou a intervenção estatal no processo produtivo, através da realização de obras públicas – notadamente de infraestrutura – com o objetivo de alcançar o pleno emprego. Estas ideias contradiziam as tradições liberais americanas (SANDRONI, 1994).

Keynes representou a Inglaterra na célebre conferência de Bretton Woods. O impacto do encontro pode ser sentido até hoje no estudo das Relações Internacionais. Foi nesta conferência que surgiram importantes instituições no cenário do desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD, Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento), e o Acordo Geral de Tarifas e Comercio (GATT), que originou a Organização Internacional do Comércio (OMC).

Com o final da Segunda Guerra Mundial e com a criação do FMI e do Banco Mundial – instituição responsável pela reconstrução da Europa – cresceu a ideia keynesiana de que os princípios de gerenciamento econômico realizado pelo governo deveriam ser estendidos aos países em desenvolvimento (PEET, 1999). Nesta época, os olhos do grande vencedor do conflito mundial, os Estados Unidos, se voltavam para esses países. O pensamento liberal norte-americano não queria dividir o mundo com o

comunismo soviético. Começava a Guerra Fria que perdurou até a dissolução da União Soviética.

A partir de então, o desenvolvimento começa a ser pensado como uma estratégia de segurança nas Relações Internacionais e o modelo de desenvolvimento a ser adotado, como à época da colonização, era o modelo ocidental dos países industrializados, conhecido como Teoria de Modernização. O mundo, naquele momento, ficou dividido em Primeiro Mundo (países industrializados – EUA e Europa), Segundo Mundo (países comunistas que eram industrializados, mas não possuíam uma economia de mercado) e o Terceiro Mundo (países pobres, subdesenvolvidos ou, como vieram a ser chamados mais tarde – “em desenvolvimento” – principalmente na América Latina e África).

Antes dos anos 50, os problemas de desenvolvimento no chamado Terceiro Mundo raramente integravam a pauta de debates e discussões da comunidade internacional. Com a descolonização de muitos países, o tema voltou à tona no cenário internacional, principalmente com a inserção destes países na Organização das Nações Unidas (ONU).

2.2 - Marxismo e Teoria da Dependência

O Marxismo teve grande influência nas Teorias Econômicas de Desenvolvimento sendo apresentado muitas vezes como alternativa para teorias que estavam, em determinado momento, sendo utilizadas.

Marx se debruçou no estudo do capitalismo. Para ele, o capitalismo representava uma “força histórica que se espalharia por todo o mundo tornando-se o modo de produção dominante” (NOGUEIRA et MESSARI, 2005). Em sua principal obra, “O Capital”, Marx explica sua Teoria da Mais-Valia, ou seja, conceito que diz respeito ao valor do trabalho não pago ao trabalhador. Para Marx:

... tanto quanto Adam Smith e Ricardo, considerava que o valor de toda a mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-la. A força de trabalho é uma mercadoria cujo valor é determinado pelos meios de vida necessários a subsistência do trabalhador (alimentação, moradia etc.) (SANDRONI, 1994).

Marx considera o capitalismo um modo de produção transitório, com crises cíclicas e que, devido ao agravamento destas crises, o sistema capitalista se desenvolve até chegar ao socialismo. O capitalismo é um modo de produção que explora a mão-de-obra dos trabalhadores. Em síntese, é uma forma de dominação que leva a uma luta de classes que só pode ser rompida através de uma revolução.

Segundo Peet, desenvolvimento para Marx apresenta características de desigualdade e de contradição, com crises periódicas necessárias com o objetivo de restaurar as condições de lucro que foram destruídas por forte competição. Desenvolvimento era um processo de acumulação de capital que acontecia de forma desigual em termos de classes sociais – com as classes dominantes ficando mais ricas – e em termos de espaço, com países se tornando mais ricos, mais poderosos e influentes que os demais.

Assim sendo, desenvolvimento era um processo contraditório. O desenvolvimento ocorreria através da construção de forças de produção, especialmente com a incorporação de ferramentas, máquinas e infraestrutura para o poder do trabalho humano (PEET, 1999). O progresso técnico produz períodos de prosperidade, enquanto as contradições internas do modo de produção provocam crises periódicas cada vez mais prolongadas levando a crises sociais. Para Marx, o conflito distributivo ocorre entre os capitalistas e os trabalhadores, detentores da força de trabalho (SOUZA,1999).

Antonio Gramsci trouxe o conceito de hegemonia para dentro da análise marxista. Para ele, a hegemonia faz o papel de dominação colocado por Marx. Para Gramsci, o controle ideológico exercido através de instituições e do consumo de massa faz com que idéias sejam perpetuadas como corretas e verdadeiras. O autor vai além quando afirma que a hegemonia mistifica relações de poder, esconde eventos e assuntos de interesse público, encoraja o fatalismo e a passividade política e, o que é pior, justifica a pobreza para muitos para que poucos vivam na riqueza. A hegemonia propicia induzir as pessoas oprimidas a consentir na sua própria exploração e aceitar a sua condição de pobreza (PEET, 1999).

A Teoria da Dependência nasceu como uma crítica ao modelo de desenvolvimento que os países desenvolvidos estavam impondo aos países do Terceiro Mundo. Nascida na Cepal (Comissão Econômica das Nações Unidas Para a América

Latina), teve como seu principal mentor o economista argentino Raúl Prebisch. Ela se caracteriza por ser uma teoria estruturalista, formada pela relação centro-periferia, ou seja, a periferia é formada por países pobres que produzem para o centro, países ricos.

O centro é homogêneo e economicamente diversificado, a periferia é heterogênea e especializada com a ausência de indústria e a coexistência de uma agricultura de exportação de alta produtividade (o café, por exemplo) e de uma agricultura de subsistência. Para Prebisch, o excesso de produção intensiva gerava um problema para a América Latina. O fluxo de comércio entre a periferia e o centro condenava os países latino-americanos ao subdesenvolvimento.

A alternativa para Prebisch era uma mudança estrutural através da política econômica de substituição das importações. Esta política seria realizada com a proteção da “economia industrial nacional por meio de tarifas e subsídios, de forma a fortalecer a produção industrial e alterar as bases de exportações” (BARBANTI, 2005). A Teoria da Dependência se destaca por ser uma teoria sistêmica com ênfase na relação entre os estados e tem como um de seus méritos ser uma teoria nascida nos países do Terceiro Mundo que buscavam o desenvolvimento e viram nesta teoria uma possibilidade, já que o modelo de desenvolvimento europeu-americano não funcionou na América Latina.

A Teoria da Dependência apresenta também uma versão mais radical de ideias defendidas por autores como Andre Frank e Samir Amir que resumidamente argumentam que o subdesenvolvimento tem raízes nos fatores externos aos países pobres, ele é resultado da relação centro-periferia de dominação de origem exógena; o subdesenvolvimento não é um processo histórico pelo qual todos os países devem passar para alcançar o pleno desenvolvimento.

Portanto, ambos são resultados de um único processo de desenvolvimento capitalista global; o subdesenvolvimento se deve a razões externas, principalmente econômicas, decorrentes de estruturas sociais distorcidas dentro dos países do Terceiro Mundo e, finalmente, para se alcançar o desenvolvimento, aqueles países devem cortar ou limitar de modo rigoroso o seu envolvimento com o mercado capitalista mundial (JACKSON et SØRENSEN, 2007). Autores menos radicais como Fernando Henrique Cardoso argumentam que é possível, apesar da relação de dependência com os países capitalistas desenvolvidos, alcançar o desenvolvimento.

A Teoria do Sistema Mundo tem forte ligação com a Teoria da Dependência, principalmente nos trabalhos de Immanuel Wallerstein. Para o autor, sistema significa uma entidade social com uma única divisão de trabalho que todos os setores e áreas são dependentes via troca de produtos essenciais. Para Wallerstein há no Sistema Mundo três áreas econômicas principais: centro, semiperiferia e periferia. O centro constitui-se de países eficientes, complexos sistemas de produção e altos índices de acúmulo de capital. Os centros são organizados e com poder militar. A periferia tem características opostas, enquanto a semiperiferia possui características de ambos (PEET, 1999).

A grande crítica que a Teoria da Dependência sofreu foi em 1970 com a conquista, por parte dos países do sudeste asiático, de bom nível de desenvolvimento. Os “Tigres Asiáticos” (Taiwan, Cingapura, Malásia e Coreia do Sul) demonstraram a possibilidade de desenvolvimento mesmo com a presença, então, da relação centro-periferia. Com isso, a Teoria da Dependência perdeu sua força e a Teoria da Modernização Liberal foi favorecida. Os anos 80 foram considerados a década perdida para muitos devido às diversas crises econômicas na América Latina – as chamadas crises da dívida externa. Nos anos 90 o neoliberalismo predominou em todo o continente.

2.3 - Desenvolvimento Social

No campo das ciências sociais a noção de desenvolvimento está ligada à noção de modernidade. Da passagem de sociedades consideradas tradicionais para as sociedades modernas. Segundo Enrique Gutiérrez Márquez, “o desenvolvimento, mais particularmente suas várias definições, possui um uso social que se vincula com a reflexão intelectual no que tange à luta pelo poder e hegemonia em um sentido amplo para as sociedades” (VIESCA et SALAS-PORRAS, 2005).

Na visão de muitos teóricos o desenvolvimento, em sua característica social, acontece a partir de uma mudança social. De acordo com esta linha de pensamento, o desenvolvimento em sua dimensão social seria, de acordo com Onofre dos Santos, um desdobramento de alguma potencialidade inerente ao sistema social que produz efeitos sobre a totalidade deste sistema:

A idéia de desenvolvimento foi uma adaptação de mudança social herdada do evolucionismo e do organicismo do século XIX e transposta para explicar as diferenças existentes entre as sociedades que surgiram, após a Segunda Guerra, denominadas Primeiro Mundo e Terceiro Mundo (SANTOS, 2005).

O conceito de Desenvolvimento Social está intrinsecamente ligado ao conceito de bem-estar, ou seja, o Desenvolvimento Social busca promover o bem-estar das pessoas. O termo bem-estar utilizado é o mesmo de James Midgley em seu livro “Desenvolvimento Social”, no qual o autor considera bem-estar como sendo uma condição social. Para ele esta condição possui três elementos: como os problemas sociais são trabalhados em diferentes âmbitos da sociedade, necessidades sociais básicas de sobrevivência (alimentação, água etc) e oportunidades sociais que possibilitem as pessoas a avançar e realizar todo o seu potencial (MIDGLEY, 1995).

Já para Amartya Sen, o bem-estar está relacionado com a noção de funcionamentos. Os funcionamentos representam ações e estados das pessoas, ou seja, como elas agem ou como elas se sentem. O bem-estar seria então a capacidade que o indivíduo tem de realizar estes funcionamentos e esta realização dependeria da liberdade de escolha de cada um (SEN, 2001). Seguindo o raciocínio de Sen, o desenvolvimento significa que as pessoas tenham condição de escolher aquilo que lhes proporciona bem-estar.

O Desenvolvimento Social se caracteriza por centrar suas ações na sociedade e não no indivíduo. Segundo Midgley, o Desenvolvimento Social objetiva unir esforços sociais e econômicos, integrando os dois elementos em um só processo dinâmico de desenvolvimento. “Desenvolvimento Social não pode acontecer sem Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Econômico não tem sentido a menos que acompanhado de avanço no bem-estar social da sociedade como um todo” (MIDGLEY, 1995). Portanto, o Desenvolvimento Social pode ser definido como um processo de mudança social com o objetivo de promover o bem-estar da população através de um processo dinâmico de desenvolvimento econômico.

Nas Relações Internacionais o discurso de Truman traz para dentro da discussão de desenvolvimento a necessidade dos países do Terceiro Mundo de se modernizarem. Para tanto, de acordo com Truman, era necessário que esses países seguissem os passos dos países do Primeiro Mundo. Além disso, a partir do discurso de Truman, fica claro que

uma nova ordem social está sendo moldada no ambiente internacional. O discurso enfatiza uma fragmentação hierárquica internacional – Primeiro Mundo desenvolvido e Terceiro Mundo subdesenvolvido. O desenvolvimento passa a ser considerado um problema de segurança devido à existência da Guerra Fria e consolida a idéia de que o problema da desigualdade existente no sistema internacional diz respeito à ignorância e ao atraso atávicos no qual estão mergulhadas as estruturas sociais dos países do Terceiro Mundo (SANTOS, 2005).

O Desenvolvimento Social traz em si uma visão ampla de como se chegar ao desenvolvimento. Ele pode ser promovido, tanto por indivíduos inseridos em suas comunidades, instituições internacionais e nacionais como por governos. Para Midgley, o desenvolvimento social não é uma ideia abstrata, mas uma maneira de promover o bem-estar das pessoas. Segundo o autor, a volta do interesse internacional no desenvolvimento social pode ser explicada através do interesse de instituições internacionais como as Nações Unidas e suas agências em trabalhar com o tema.

2.4 - Pensamento Crítico e Desenvolvimento

A crítica às Teorias de Desenvolvimento, iniciada nos anos 60 com a visão neo-marxista como a Teoria da Dependência mais radical, a Teoria do Sistema Mundo e o pensamento de Gramsci, deu lugar ao pensamento pós-estruturalista, pós-colonialista e pós-desenvolvimentista. Todas estas linhas de pensamento trouxeram críticas severas sobre o conceito de desenvolvimento. Para esses pensadores, o conceito de desenvolvimento é utilizado para perpetuar o poder em uma relação desigual entre os países.

O pós-estruturalismo surge como uma crítica ao racionalismo. No pensamento pós-estruturalista o pensamento moderno é considerado um modo de controle social que age através de instituições. O desenvolvimento para os pós-estruturalistas significa mais um modo de controle advindo dos países poderosos.

Os grandes pensadores do pós-estruturalismo são Jacques Derrida, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault.

Como descreve Peet, para Derrida as relações entre realidade e mente não são diretas, portanto não objetivamente verdadeiras. As relações se dão através da linguística e de um momento histórico específico. Para Nietzsche a verdade é uma mera ilusão, um conhecimento inventado com a finalidade de poder. Foucault, através da genealogia, mostrou as relações de poder, conhecimento e discurso na sociedade moderna. Para todos estes pensadores, o conceito de desenvolvimento foi construído na sociedade moderna, em uma visão europeia de modernidade nascida com o Iluminismo e que tem por objetivo principal consolidar todo um modo de pensar e agir no mundo ocidental (PEET, 1999).

Foucault critica certas teorias globais – a Marxista, a Teoria da Modernização ou a Teoria do Sistema Mundo – como “reducionistas (reduz complexidade a poucas tendências), universalistas (todos são iguais), coercivas e totalitárias. A sociedade para Foucault compreende discursos desiguais. Para ele, “as pessoas deveriam ter liberdade de escolher a solução para os seus próprios problemas” (PEET, 1999).

O pós-colonialismo surgiu da reflexão de autores que, nascidos nas antigas colônias, estudaram na Europa e quando voltaram aos seus países de origem se depararam com uma realidade muito desigual daquelas que viram nos grandes centros colonizadores. A ideia principal desta corrente teórica é um modo radical de repensar o conhecimento e as identidades sociais que foram inseridas nos países durante o período de colonização.

Os estudos de Frantz Fanon, centrados na construção das identidades com influências da análise psicológica de Jacques Lacan, proporcionaram duras críticas à violência e crueldade do processo de colonização. O efeito desse processo violento sobre as populações nativas foi uma clara demonstração de poder psicológico que resultou em uma falta de auto-estima e, conseqüentemente, de subserviência dessas sociedades à autoridade exercida pela colônia. Para esses autores, o desenvolvimento nada mais é do que uma faceta da colonização, ou seja, um modelo imposto de “cima para baixo” aos países não desenvolvidos com a única intenção de criar mercados para seus produtos industrializados.

O pós-desenvolvimentismo está inserido basicamente nas idéias contidas no livro “Dicionário do Desenvolvimento – Guia para o desenvolvimento do poder” organizado por Wolfgang Sachs e que contém a reflexão de vários pensadores que discutem o

desenvolvimento em sua dimensão mais ampla, global e no contexto do poder. Os textos abordam temas relevantes ao desenvolvimento em debates atuais: meio ambiente, tecnologia, mercado, pobreza, progresso, participação, igualdade, entre outros. O tom dado ao livro pode ser resumido nas palavras do próprio Sachs:

O conceito de desenvolvimento é como uma ruína na paisagem intelectual. Ilusões e reveses, fracassos e crimes foram seus assíduos companheiros e todos eles relatam uma mesma estória: o desenvolvimento não deu certo. Além disso, as condições históricas que lançaram o conceito à proeminência se esvaeceram: o desenvolvimento ficou defasado. E, sobretudo, as esperanças e ambições que lhe fizeram alçar vôo estão hoje exaustas: o desenvolvimento tornou-se obsoleto (SACHS, 2000).

Para os pós-desenvolvimentistas, assim como as outras correntes críticas ao desenvolvimento, é preciso repensar as formas desenvolvimentistas, não só como a própria ideia e conceito, mas também nas ações que surgiram em seu nome. Segundo Esteva, o termo desenvolvimento confunde as pessoas, “ao utilizar indiscriminadamente uma palavra tão carregada de conotações, que, além disso, está destinada a extinção, essas pessoas prolongam sua agonia, transformando-a em uma condição crônica” (citado por SACHS, 2000).

Nesta linha de pensamento, os pós-desenvolvimentistas, de acordo com Peet, propõem: radical pluralismo na busca de soluções locais e não globais, uma vida simples que compreende duas versões – ecológica e espiritual – e uma reavaliação das sociedades não capitalistas salientando que as condições de vida, nessas sociedades, não são necessariamente ruins. Basicamente, essa linha de pensamento, rejeita o modo de pensar e de viver atual produzido pela sociedade moderna constituída a partir de um modelo ocidental de pensar e agir.

2.5- Gênero e Teorias Feministas de Desenvolvimento

A presença da visão feminina no debate sobre desenvolvimento é de extrema importância. Com a necessidade de inclusão das pessoas no processo de desenvolvimento, as questões de gênero se fizeram presentes desde o início do debate. Praticamente todas as correntes teóricas sobre o desenvolvimento possuem estudos sobre a inserção da mulher no processo de desenvolvimento como uma demonstração de igualdade e justiça.

A preocupação com as questões da mulher esteve presente em um estudo feito pelas Nações Unidas no final dos anos 70, que resultou na constatação de que as mulheres são metade da população mundial, responsáveis por dois terços das horas trabalhadas, recebem um décimo da renda produzida no mundo e possuem apenas um centésimo da propriedade (PEET, 1999). Com este resultado, é impossível falar de desenvolvimento sem abordar os temas de gênero e das Teorias Feministas.

Pode-se dizer que houve uma interação entre as principais correntes teóricas que abordam o desenvolvimento e a Teoria Feminista. Na literatura, elas se apresentam da seguinte forma: Mulheres no Desenvolvimento; Mulheres e Desenvolvimento; Gênero e Desenvolvimento; Mulheres, Meio Ambiente e Alternativas para o Desenvolvimento; e Pós-Modernismo e Desenvolvimento. Segundo Peet, estas teorias podem ser explicadas como se segue:

- Mulheres no Desenvolvimento - está ligada à Teoria da Modernização Liberal com reestruturação dos programas de desenvolvimento na busca do bem-estar, igualdade, combate à pobreza, eficiência e empoderamento.
- Mulheres e Desenvolvimento - faz parte da visão socialista com uma proposta de desenvolvimento alternativo no combate à dependência, capitalismo global e patriarcalismo.
- Gênero e Desenvolvimento - está no contexto do feminismo radical. Defende a emancipação feminina e se opõe ao capitalismo, patriarcalismo e racismo.
- Mulheres, Meio Ambiente e Alternativas para o Desenvolvimento - compreende o feminismo da ecologia política com a defesa do desenvolvimento sustentável e defende o conhecimento de gênero, direitos e políticas.
- Pós-Modernismo e Desenvolvimento - representa o feminismo pós-moderno ligado ao pós-desenvolvimentismo com diferentes maneiras de se pensar o desenvolvimento. Busca a representação, discurso e conhecimento local.

2.6 - Considerações Finais

As Teorias de Desenvolvimento são uma tentativa de construir paradigmas que possam ser usados na melhoria de vida das pessoas. Com esse objetivo, vários conceitos do termo desenvolvimento surgiram no decorrer da história. Conceitos ligados a evolução, progresso, crescimento econômico, qualidade de vida, meio ambiente, direitos da mulher e direitos humanos e vários outros que formam no nosso imaginário o que seria um modelo ideal de desenvolvimento.

Para Sachs, o discurso do desenvolvimento compõe-se de uma rede de conceitos-chave como pobreza, produção, noção de Estado ou igualdade. Esses conceitos surgiram na história moderna do ocidente e se espalharam pelo mundo (SACHS, 2000). O importante para o autor é, antes de tudo, repensar o conceito de desenvolvimento e, mais que isso, as ações que se aplicam em seu nome.

Pablo Bustelo enfatiza que o tema desenvolvimento ainda continua em estudo. Para ele, os enfoques heterodoxos devem ter o mesmo espaço no debate que os ortodoxos e que a heterogeneidade do Terceiro Mundo invalida as pretensões generalistas das teorias com características globais (BUSTELO, 1998).

O tema desenvolvimento se apresenta hoje no ambiente das Relações Internacionais como um desafio. A preocupação com a segurança nacional devido ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, fez com que a grande potência americana voltasse novamente seus olhos para o problema, com a certeza de que o desenvolvimento pode ser uma estratégia na contenção de grupos insatisfeitos com sua condição e procurem na ação terrorista uma forma de solucionar seus contenciosos, sejam eles políticos ou sociais.

Desenvolvimento compreende diversidade e existe hoje uma distância grande entre as Relações Internacionais e as Teorias de Desenvolvimento sobre a diversidade dos países. O que é bom para determinado país não significa que será necessariamente bom para outro.

As organizações internacionais, como as Nações Unidas, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, redirecionam suas ações numa busca clara ao desenvolvimento dos países. Como cita Barbanti (BARBANTI, 2005), na Conferência das Nações Unidas

para o Financiamento do Desenvolvimento, que aconteceu no México em 2002, foram selecionadas cinco recomendações que visam o desenvolvimento. São elas:

- Estabelecer uma ligação entre o volume de ajuda prestado com a decisão soberana dos países em progredir em formas de governo transparentes e responsáveis.
- Fazer uso dos Objetivos do Milênio como guias para estabelecer prioridades para o desenvolvimento.
- Basear enfoques de ajuda na criação de parcerias, com especial atenção para a redução da pobreza.
- Reduzir as condicionalidades para a recepção da ajuda.
- Alocar ajuda com base em indicadores de performance.

As críticas, como ressaltado anteriormente, são severas. O desenvolvimento tem sido visto, muitas vezes, pelos países não desenvolvidos ou em desenvolvimento, não como a solução, mas como a causa de sua pobreza. Relações desiguais entre os países colocaram o desenvolvimento como uma forma de poder dos países ricos sobre os países pobres.

O modelo adotado durante a Revolução Industrial não pode mais ser aceito. O planeta não suportaria e não teria recursos naturais suficientes para uma outra Revolução Industrial. De qualquer forma, pode-se aprender com este modelo, com seus acertos e com os seus erros.

A modernidade criou seus próprios monstros, como o consumo desenfreado ditado por uma economia de mercado cruel, mas possibilitou também avanços inimagináveis nas áreas de saúde, educação e novas tecnologias.

O mundo está no limite. Problemas como a produção de alimentos, escassez de água, novas doenças e epidemias que surgem, violência urbana nas grandes cidades, terrorismo e guerras demonstram que é preciso repensar os valores e as necessidades do ser humano. Soluções globais, em muitos casos, não atendem os problemas locais de desenvolvimento, porém podem ser utilizadas como referências e serem adaptadas para atender pequenas comunidades que precisam, ainda, do básico para sua sobrevivência.

Este capítulo teve como objetivo lançar um olhar sobre os principais debates acerca do desenvolvimento. É no âmbito das discussões sobre o desenvolvimento que surgem as indagações sobre o papel da comunicação e, mais precisamente da comunicação para o desenvolvimento nas Relações Internacionais, temas abordados nos capítulos seguintes.

3. COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este capítulo é dedicado às teorias de comunicação e a sua interface com o desenvolvimento (já visto no primeiro capítulo) e com as Relações Internacionais como um fenômeno da globalização. A revisão da literatura das principais correntes teóricas da comunicação se faz necessária para perceber como a comunicação é compreendida e trabalhada na sociedade.

A interrelação da comunicação e desenvolvimento neste capítulo procura mostrar, também através da revisão de artigos de diversos autores, os debates que surgem na construção do campo da comunicação para o desenvolvimento. A utilização do campo comunicação para o desenvolvimento nas Relações Internacionais se manifesta, sobretudo, nas instituições internacionais que trabalham com o desenvolvimento.

3.1. Comunicação

Comunicação, segundo Charles Wright “é o processo de transmitir idéias entre indivíduos”. Segundo o autor este processo é vital para a sobrevivência do homem já que é através dele que se transmite seus sentimentos e pensamentos. A comunicação é o processo pelo qual o homem interage, não apenas entre seus pares de círculos mais, por assim dizer, “fechados”, mas também com toda a sociedade à qual pertence (WRIGHT, 1973).

O estudo da comunicação se caracteriza pelo seu caráter multidisciplinar e envolve, principalmente, os campos da antropologia, ciência política, psicologia e sociologia.

Para Jorge Xifra-Heras a comunicação tem seu conceito intrínseco ao conceito de informação, “que designa também um processo onde se sucede uma sequência de fases determinadas pela atividade do homem” (XIFRA-HERAS, 1975). Os conceitos, tanto de

comunicação como de informação, apresentam ambiguidade. Pode-se dizer que o ato de informar significa comunicar uma informação, um saber ou um conhecimento.

Este capítulo não tem o objetivo de discutir todas as nuances da comunicação humana e sim algumas das formas pelas quais a comunicação é transmitida. As teorias relativas à comunicação de massa esclarecem principalmente como a comunicação se dá na modernidade com a utilização de novas tecnologias (meios de comunicação). A comunicação para o desenvolvimento, independentemente da forma teórica que se apresenta, usa dos meios de comunicação para transmitir sua mensagem. Assim sendo, é muito propício que este capítulo se inicie com as teorias de Comunicação de Massa.

Verifica-se também que a comunicação para o desenvolvimento, apesar de usar os meios de comunicação de massa existentes, muitas vezes os utiliza em âmbito local com o objetivo de capacitar e dar o poder de decisão a determinada comunidade (“empoderamento”). Na comunicação interpessoal e na comunicação participativa (Teoria de Paulo Freire baseada na participação e diálogo), os meios de comunicação são amplamente utilizados.

3.2 – Comunicação de Massa

Quando se fala em comunicação de massa a ideia recorrente é de que se trata dos meios de comunicação, ou seja, rádio, TV, jornal, cinema etc. O interesse neste trabalho é conhecer os processos que a comunicação utiliza através desses meios de comunicação para que a informação circule. Comunicação de massa compreende, segundo Wright:

um tipo especial de comunicação que envolve condições de operação distintas, entre as quais está – em primeiro lugar – a natureza da audiência, da experiência comunicadora e do comunicador. A comunicação de massa é dirigida a uma audiência relativamente grande, heterogênea e anônima, de caráter público e transitório (WRIGHT, 1973).

No estudo da comunicação há uma grande variedade de opiniões sobre os objetivos da comunicação de massa. No entanto, a maioria dos autores contemporâneos aceita a colocada por Wright, de que a atividade de comunicação compreende as funções de detecção; interpretação e orientação; e educação e entretenimento.

Como detecção, pode-se entender que a função da comunicação é informar sobre avisos de perigo, ameaças e serviços que são necessários ao dia-a-dia da vida moderna, como, por exemplo: a falta de luz em um determinado momento do dia pode interferir no cotidiano de muita gente – portanto neste caso se o indivíduo recebe esta informação com antecedência ele pode se preparar para ficar sem luz.

A função interpretação e orientação é a seleção, avaliação e interpretação da informação. Com este procedimento, a comunicação chega de forma mais precisa e evita consequências indesejáveis como resultado de uma informação equivocada.

Os estudos na área de comunicação de massa envolvendo a função educação e entretenimento constituem-se nos mais polêmicos. Quando a comunicação de massa tem como objetivo entreter e educar, segundo Wright, a comunicação exerce várias atividades sociais que são trabalhadas pela comunicação de massa. As questões que surgem, no entanto, são: se a comunicação de massa proporciona uma prática única que leva à unificação da sociedade, oferecendo-lhe normas comuns, valores e experiências coletivas compartilhadas por todos, ou se ela causa a perda da criatividade e variedade através de uma visão padronizada e singular da cultura (WRIGHT, 1975). Há autores que concordam com a primeira visão e outros são críticos ferrenhos, como os pós-modernos, que chegam até mesmo a afirmar que a comunicação de massa simplesmente destrói a cultura de uma determinada sociedade.

O estudo da comunicação refletido em suas teorias, além de evidenciar o caráter multidisciplinar do objeto comunicação, também evidencia o seu caráter temporal. Em um primeiro momento os teóricos vão se preocupar, segundo Mauro Wolf, com o contexto social, histórico e econômico em que um determinado paradigma teórico sobre comunicação de massa apareceu e se difundiu; em seguida buscam um modelo sociológico para entender o fenômeno da comunicação de massa; e, mais recentemente, os teóricos buscam estudar o processo de comunicação contido nos meios de comunicação de massa e a tecnologia da comunicação.

É importante frisar que o termo comunicação de massa está muito ligado ao conceito de cultura de massa (WOLF, 1985). Wolf assinala, como parte do primeiro momento de estudos, seis modelos teóricos de relevância para o estudo da comunicação de massa. São eles: Teoria Hipodérmica (modelo de Lasswell), Teoria

Empírico-Experimental, Abordagem Empírica de Campo, Teoria Funcionalista, Teoria Crítica e Teoria Culturológica. Já no segundo momento de estudos, os teóricos buscaram entender mais como os processos de comunicação acontecem na prática, através dos meios de comunicação. Assim surgiram as Teorias da Agenda Setting, Gatekeeper e Newsmaking.

Como Wolf explica em seu livro “Teorias da Comunicação”, a Teoria Hipodérmica está ligada ao fenômeno da mídia de massa (mass media), tendo surgido com o objetivo de entender este fenômeno e que efeito a mídia de massa tem na sociedade de massa.

A Teoria Hipodérmica apresenta uma análise “behaviorista”, isto é, uma análise a partir do comportamento da sociedade ou do indivíduo (do termo em inglês “behaviour”, comportamento). Ela está interessada em como a mensagem atinge o público. Segundo a Teoria, usando a analogia de uma agulha hipodérmica, o indivíduo recebe a mensagem sem nenhuma resistência tal como uma agulha que entra no corpo de uma pessoa. A Teoria Hipodérmica considera a sociedade de massa como “constituída por um conjunto homogêneo de indivíduos que, como seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF, 1985).

A Teoria Hipodérmica preconiza que os indivíduos que formam a massa estão isolados, são anônimos e agem de forma egoísta e separadamente de outros. Este fato faz com que os indivíduos se encontrem “perdidos” no meio da sociedade de massa. A única maneira de se encontrarem em uma realidade será através dos meios de comunicação. Sendo assim, as mensagens recebidas são aceitas facilmente sem questionamento por parte dos indivíduos e assimiladas, tal qual o ato de se inserir uma agulha hipodérmica no corpo humano.

O modelo de comunicação criado pelo cientista político Harold Lasswell, em 1948, amplia a Teoria Hipodérmica com a possibilidade de se entender melhor o ato da comunicação respondendo às seguintes questões: quem (emissor), diz o quê (mensagem), através de que canal (meio), com que efeito (audiência). Ainda hoje, este modelo é amplamente utilizado nos estudos comunicacionais.

A Teoria Empírico-Experimental tem seu foco principal na persuasão e não na manipulação como a Teoria Hipodérmica. Portanto, a audiência e a mensagem são os objetos principais de estudo. O indivíduo, segundo esta teoria, não aceita passivamente a mensagem enviada pelos meios de comunicação. O seu modelo de comunicação, que também apresenta aspectos “behavioristas”, salienta que a mensagem está sujeita ao aspecto psicológico do receptor, que interfere nos efeitos que os meios de comunicação terão sobre o receptor (audiência). Esta teoria apresenta outros fatores ligados à mensagem que são importantes na análise: a credibilidade daquele que comunica a ordem das argumentações, a integralidade das argumentações e a explicitação das conclusões. Quanto à audiência, as pessoas recebem apenas as mensagens que lhes causam interesse e que estejam em concordância com seu modo de pensar e agir.

A Análise Empírica de Campo enfatiza a influência de uma forma mais abrangente e não apenas dos meios de comunicação de massa. A influência “perpassa nas relações comunitárias e a influência das comunicações de massa é só um componente, uma parte” (WOLF, 1985). Esta teoria tem ligação clara com a pesquisa sociológica considerando a conjuntura social nos processos de comunicação. O público é uma força social tal como, por exemplo, a família. Desta forma, a mensagem fica sujeita à influência social da qual ela é parte.

O pensamento funcionalista na comunicação se detém na análise das funções exercidas pela mídia na sociedade. Os efeitos da mídia não são levados em consideração para os funcionalistas. O modelo apresenta o escopo: manipulação, persuasão, influência e função. Segundo Wolf:

a teoria funcionalista ocupa uma posição muito precisa que consiste na definição de problemática da comunicação de massa a partir do ponto de vista da sociedade e do equilíbrio, da perspectiva do funcionamento do sistema social no seu conjunto e da contribuição que seus componentes (comunicação de massa incluída) dão a esse funcionamento (WOLF, 1995).

A Teoria Crítica, conhecida também por Escola de Frankfurt, teve a influência do grupo formado pelos autores, de linha materialista marxista, Walter Benjamin, Theodor Wiesengrund-Adorno, Max Horkheimer e Jürgen Habermas. Estes pensadores partem do princípio da “análise do sistema da economia de mercado, separando e opondo o

indivíduo em relação à sociedade como resultante histórica da divisão de classes” (WOLF, 1985). A informação é tratada como um produto industrial, de produção repetitiva para o consumo em grande escala. Para eles o indivíduo consome mídia passivamente sem refletir, seja uma obra de arte ou a informação. É a chamada “Indústria Cultural”.

Já a Teoria Culturológica tem como seu principal autor Edgar Morin. Segundo ele, a Teoria Culturológica não está estreitamente ligada ao estudo direto da comunicação de massa e os efeitos desta nos indivíduos, mas sim, a análise está concentrada na definição da natureza da cultura nas sociedades contemporâneas (WOLF, 1985).

Para Morin, não se deve tirar a cultura de massa de seu contexto maior que, para ele, significa um conjunto de cultura, civilização e história. A Teoria estabelece uma “contradição entre as exigências produtivas e técnicas de standardização e o caráter individualizado e inovador do consumo cultural” (WOLF, 1985). Para Morin, esta junção de elementos culturais diferentes e opostos em um só elemento caracteriza o sincretismo existente na Teoria Culturológica.

Na segunda fase dos estudos sobre a comunicação de massa a ênfase se dirigiu aos processos que envolvem o “fazer comunicação”. Estes estudos partem da premissa de que a comunicação não tem uma interferência direta no comportamento das pessoas. A comunicação influencia o modo como o indivíduo recebe a informação. O indivíduo vê e entende a informação de acordo com o ambiente em que vive. As teorias provenientes desta nova maneira de entender a comunicação de massa são: Agenda Setting, Gatekeeper e Newsmaking.

A Agenda Setting é considerada uma hipótese não caracterizada pela persuasão, pela imposição de determinado tema, mas na apresentação – pela mídia em questão – de um leque de alternativas sobre as quais as pessoas devem formar uma opinião, a partir daquilo sugerido como assunto para discussão. É a capacidade que os meios de comunicação possuem de colocar um determinado assunto em evidência. Para os autores desta hipótese os meios de comunicação não possuem o poder de dizer às pessoas como pensar, mas detêm o poder de dizer sobre os temas a respeito dos quais elas devem pensar (WOLF, 1985). Ainda segundo Wolf, a Agenda Setting é considerada uma hipótese pelas

dificuldades metodológicas existentes em suas premissas e conclusões, ou seja, não apresenta elementos suficientes para torná-la uma teoria.

As pesquisas sobre os Gatekeepers – guardiões do portão – estão centradas nos estudos sobre os emissores, ou seja, os profissionais de comunicação. Estes profissionais agem como guardas que decidem o que “passa pelo portão”. Os estudos realizados neste campo mostram as influências que estes profissionais recebem na hora de decidir o que deve ser veiculado, ou não, tais como ambientes cultural e de trabalho (subordinação). Como resultado dessas influências se estabelece um distanciamento do profissional de comunicação em relação a seu público.

O Newsmaking se preocupa, principalmente, com a cultura dos profissionais de mídia e a organização do seu trabalho e dos seus processos produtivos. Deste modo, estuda os processos utilizados pelos profissionais na tomada de decisão do que é notícia ou não, ou seja, ao se definir o valor que determinada informação tem para transformá-la em notícia. Vários critérios são utilizados nesta ‘valoração’: os critérios substantivos (importância e interesse na notícia); critérios relativos ao produto (disponibilidade de material); critérios relativos ao meio de comunicação (condições técnicas); critérios relativos ao público; e critérios relativos à concorrência (WOLF, 1985).

3.3 – Comunicação e desenvolvimento

Historicamente pode-se situar o nascimento da junção dos campos da comunicação e do desenvolvimento em 1948, a partir da Conferência das Nações Unidas Sobre a Liberdade de Informação. Segundo Wilbur Schramm, em seu livro “Comunicação de Massa e Desenvolvimento – O papel da informação nos países em crescimento”, durante esta conferência foi estipulado o conceito de informação como sendo “uma das liberdades básicas” e que a liberdade de informação e a informação adequada (embora o adequada não tenha sido um conceito claramente definido pelo autor, presume-se ser o de acesso à informação ou a comunicação da informação) seriam “a pedra de toque de todas as liberdades às quais se dedicam as Nações Unidas” (citado por SCHRAMM, 1970).

Para o autor, os países necessitam dos meios de comunicação para se desenvolverem. Portanto, o livro foi resultado de um esforço da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) para ajudar a desenvolver os meios de comunicação nos países pobres. A entidade acreditava que um programa de ação concreto para instalar imprensa, rádio, cinema e televisão nos países em processo de desenvolvimento era fundamental para o sucesso do desenvolvimento econômico e social destes (SCHRAMM, 1970).

É bom lembrar que este livro, em sua primeira versão em inglês, foi escrito no início da década de 60, período de grandes inovações tecnológicas, sociais e culturais, além do fato de o debate sobre desenvolvimento estar em voga no ambiente internacional, devido à proximidade, ainda, com o término da Segunda Guerra Mundial e o desencadeamento do processo de descolonização/independência de vários países na Ásia e África.

Deste período para cá muita coisa mudou no campo da comunicação para o desenvolvimento. As novas tecnologias, como a internet, TV a cabo, transmissão via satélite, entre outras, mudaram não só o “fazer comunicação” como também os conteúdos informativos. A informação passou a ter um caráter globalizado, propiciando maior rapidez em sua circulação. Hoje, sabe-se que apenas possuir os meios de comunicação não necessariamente significa que um país irá se desenvolver. Portanto, os estudos hoje estão centrados em como os meios de comunicação devem ser utilizados e em quais circunstâncias eles devem ser utilizados, muito mais do que a simples implantação e disponibilização de veículos de comunicação.

Uma contribuição fundamental ao debate da comunicação para o desenvolvimento está contida no livro “Media and Global Change”. O livro organizado pelos pesquisadores Oscar Hemer e Thomas Tufte, da Universidade de Malmö na Suécia, procurou reunir vários artigos sobre o tema com as perspectivas de autores de diversas partes do mundo. O resultado é um panorama abrangente e atual do cenário do campo da comunicação para o desenvolvimento. Nos parágrafos seguintes, a ênfase será explorar as contribuições teóricas expostas no livro através dos artigos de diferentes autores.

Para Oscar Hemer e Thomas Tufte, pensar em comunicação para o desenvolvimento em um mundo globalizado envolve uma série de desafios. Para eles o

conceito de globalização está diretamente relacionado a uma definição econômica, “uma reorganização e consolidação do capitalismo desde o fim do império soviético e consequentemente o fim do socialismo como competidor da democracia liberal do Ocidente” (HEMER et TUFTE, 2005).

Os autores levam também em consideração aspectos abordados pelo sociólogo catalão, Manuel Castells, no nascimento de uma sociedade de rede devido à coincidência de fatores. Estes fatores coincidentes são: a nova tecnologia da informação e da comunicação que propicia um mundo mais integrado através de redes de computadores; os baixos custos da comunicação como, por exemplo, transporte, tornando mais fácil a migração de pessoas; a queda do muro de Berlim, que consolidou e reestruturou o capitalismo; e os novos movimentos sociais envolvendo os direitos das mulheres, o meio ambiente, os direitos humanos etc. (HEMER et TUFTE, 2005).

Seguindo os aspectos abordados por Castells, os autores os relacionam com a área da comunicação para o desenvolvimento. Assim sendo, as novas tecnologias representam o acesso, os conteúdos, os formatos e a interatividade. A globalização econômica, apesar de levar riqueza a determinadas áreas, também foi a responsável pelo aumento da marginalização econômica e social de outras. Atender às demandas de comunicação dos novos grupos sociais representa um desafio assim como o colocado pelo surgimento do HIV/Aids. Outra área que surge como um grande desafio é a utilização da comunicação na resolução de conflitos na área de desenvolvimento. Os conflitos nesta área geralmente possuem caráter cultural ou religioso.

Para responder às demandas acima mencionadas, a comunicação para o desenvolvimento deve seguir alguns critérios tais como: conhecimento dos conceitos de desenvolvimento e seus novos paradigmas (ver capítulo 2), considerar a informatização como parte integrante de todo o processo de comunicação e entender os componentes culturais como sendo componentes presentes em todos os processos da comunicação e do desenvolvimento (para os autores, cultura é um conceito problemático no contexto do desenvolvimento). Com estes critérios em mente, segundo os autores, a comunicação pode desempenhar papel relevante na mudança social necessária ao desenvolvimento.

Embora os autores reconheçam que o desenvolvimento se dá através de uma mudança social, eles alertam que a Comunicação para a Mudança Social necessita de

pesquisa de campo e de prática, além do aprofundamento do debate das epistemologias, de teorias, de métodos e de estudos de casos de sucesso. Há também uma preocupação dos autores com a academia, ou seja, quanto à necessidade de formação de profissionais específicos para atuarem na área.

O que se pode perceber através da leitura dos artigos é que as pesquisas realizadas no campo da comunicação para o desenvolvimento são feitas, na maioria das vezes, a partir de observação de casos e que as ações e o debate teórico buscam trabalhar partindo de uma premissa localizada para uma mais globalizada. Ou seja, resolver os problemas relativos ao desenvolvimento local na verdade é resolver os problemas globais. Esta é uma reação às políticas para o desenvolvimento, amplamente praticadas ainda hoje por algumas instituições e governos na linha conhecida como “de cima para baixo”.

Em outras palavras, as iniciativas para o desenvolvimento são ditadas por técnicos, geralmente estrangeiros, que não conhecem a realidade local e querem implantar um projeto de desenvolvimento sem envolver a comunidade e sem ouvir esta comunidade. Os projetos de desenvolvimento passam a obedecer a uma “fórmula pronta” sem espaço para a participação da comunidade que, em última instância, é e será a mais interessada, pois é ela a beneficiada. Os pesquisadores alertam que muitos projetos estabelecidos com base naqueles fundamentos fracassaram.

Hoje o debate sobre a comunicação para o desenvolvimento está inserido nesta visão localizada de resolver os desafios desenvolvimentistas. Os autores chamam este fenômeno de Glocal. O termo Glocal foi cunhado pelo sociólogo americano Roland Robertson. Segundo o sociólogo o processo de globalização possui simultaneamente tanto o caráter local quanto global. Desta maneira, Glocal significa mudança social no contexto local que provoca a mudança social no contexto global.

Para Humer e Tufte, isto significa repensar a área da comunicação e a área do desenvolvimento “sob a luz de um terceiro discurso que proporciona uma moldura geral: que é a da globalização” (HUMER et TUFTE, 2005). Não podemos perder de vista, no entanto, que, para os autores, globalização significa global e local.

Como o global pode ser local? Esta é a pergunta que Thomas Hylland Eriksen faz em seu artigo sobre o “Islã, o Ocidente e a Globalização das Identidades Políticas”. Neste artigo, ele propõe pensar a globalização como sendo “todo o processo sócio-cultural que

contribui para tornar a distância irrelevante. Contém importantes dimensões econômicas, políticas e culturais, como também importantes implicações étnicas” (ERIKSEN, 2005). Para o autor a globalização apresenta certos riscos como, por exemplo, o que acontece em determinada área, seja em termos ecológicos ou econômicos, ter impacto em outra localidade. Ou seja, o sistema global está todo interligado.

Segundo Eriksen o sistema global, ou globalização, criou as condições necessárias para a “localização”. Existe uma necessidade da criação de grupos e de se pertencer a certa entidade ou a uma comunidade, seja em forma de país, de etnia, de religião ou em aspectos culturais. O autor considera que a identidade política é um fenômeno social originário da globalização. Para ele, a dualidade da globalização se apresenta da seguinte maneira – “quanto mais parecidos ficamos, mais diferentes queremos ser”. E o paradoxal desta ideia é que “quanto mais tentamos ser diferentes, mais iguais nos tornamos”.

Para Eriksen, a identidade política é um produto da modernidade e está associada com os dilemas da identidade proporcionados principalmente pelo advento da globalização. Tradição, cultura e religião são elementos de natureza emocional do ser humano e fazem parte da identidade política do indivíduo. A globalização proporcionou que estes elementos, de forte apelo emocional, se tornassem “exagerados”. Para o autor, é este “exagero” contido nas identidades políticas que causa a tensão entre o Ocidente e o Islã, ou em qualquer outra forma de conflito.

É neste cenário desenhado pelo conceito de glocal, ou seja, globalização, que a comunicação para o desenvolvimento vai agir. A área da comunicação para o desenvolvimento se transformou em um guarda-chuva para várias nomenclaturas. Como explica Silvio Waisbord, termos como comunicação para o desenvolvimento; comunicação para a mudança social; informação, educação e comunicação; comunicação para a mudança de comportamento; mobilização social; *media advocacy* (mídia para a proteção/advocacia); comunicação participativa; e vários outros termos, na verdade, causam certa dificuldade de construir as teorias necessárias para debater e compreender comunicação para o desenvolvimento como um campo de estudos. O autor, no entanto, levantou cinco ideias e práticas que formam um consenso dentro do paradigma da comunicação para o desenvolvimento. São elas:

a) Centralização do poder – “empoderamento”

Esta idéia se apresenta na forma de que o empoderamento da comunidade é a principal meta a ser atingida. Pode-se entender o termo empoderamento de duas formas: a primeira é a tradução literal do inglês “empowerment”, que significa “dar poder a”; a segunda forma, que é a compreendida pelo pedagogo Paulo Freire, praticamente significa o contrário da primeira denotando conquista, avanço e superação por parte daquele que se empodera, ou seja, é um fenômeno que acontece de dentro para fora, não de fora para dentro como se entende da tradução literal em inglês (VALORA, 2005). É a partir do empoderamento que as iniciativas de desenvolvimento se estabelecem e se tornam eficazes. É através desta consciência de poder que a comunidade pode adquirir o conhecimento do que quer e necessita, decidindo por ela mesma.

b) A ideia de que as propostas de “top-down”, de cima para baixo e “bottom-up”, de baixo para cima, devem ser integradas.

Para Silvio Waisbord, embora muitas vezes as propostas para o desenvolvimento apresentadas de baixo para cima, através do empoderamento da comunidade, representem a alternativa para se alcançar o desenvolvimento, não significa que se pode subestimar a importância do papel de governos e instituições na implantação de ações e políticas destinadas a ele. O autor afirma que as integrações entre governos local e central constituem uma poderosa força em programas e projetos de desenvolvimento.

Mesmo defensores da comunicação participativa, (comunicação com forte característica “de baixo para cima”, mais detalhes no quadro abaixo) como Servaes e Malikhao consideram que a presença de especialistas, planejadores e líderes institucionais é importante para a implantação de projetos de desenvolvimento, porém:

o ponto de vista de público representado por grupos locais deve ser considerado antes que recursos para projetos de desenvolvimento sejam alocados e distribuídos, e que sugestões para as mudanças nas políticas apresentadas sejam levadas em consideração (SERVAES et MALIKHAO, 2005).

- c) Existência de um manual contendo as várias práticas para comunicação e desenvolvimento.

Um manual contendo as diferentes estratégias de comunicação, que podem ser utilizadas em diferentes contextos da comunicação para o desenvolvimento, facilita o sucesso de determinados projetos. Como, por exemplo, em caso de epidemias, quando a informação deve ser transmitida de uma maneira rápida e abrangente, o marketing social (propaganda) se mostra uma ferramenta importantíssima, com grandes campanhas publicitárias na mídia se transformando em estratégia fundamental para o sucesso do projeto em questão.

- d) Combinar comunicação interpessoal com atividades multimídias.

Se a mídia é extremamente importante para chamar a atenção e propiciar o conhecimento de um problema, ela não substitui o envolvimento da comunidade e a educação no êxito da disseminação da informação. Para Silvio Waisbord, a difusão da informação através dos meios de comunicação não é garantia de mudança de comportamento. Exemplo disso são as campanhas contra a dengue. Por mais que sejam veiculadas nos meios de comunicação, as pessoas não param de jogar lixo, ou deixam a água acumulada em lugares onde o mosquito responsável pela doença se prolifera. Existe a necessidade de outras formas de combate à epidemia, como o envio de agentes de saúde de casa em casa, explicando o perigo de certos hábitos e o envolvimento de líderes comunitários no combate à doença.

- e) Importância em entender a mudança de comportamento.

Para isso é necessário entender a relação existente entre comunicação e mudança de comportamento através da incorporação de métodos que englobam o indivíduo e o meio em que ele vive. Segundo Waisbord, “mudança de comportamento e de condições sociais não podem ser realizadas somente com ênfase em fatores pessoais ou contextuais, mais do que isso, é preciso sensibilidade nestes dois fatores para entender problemas e desenhar soluções” (WAISBORD, 2005).

O consenso existente através das cinco idéias descritas acima demonstra um avanço nos estudos da comunicação para o desenvolvimento. A característica multidisciplinar do campo e o envolvimento de diferentes atores tais como agências não-governamentais (ONGs), governos, instituições públicas e privadas e organismos internacionais faz com que a prática da comunicação para o desenvolvimento se manifeste através de diferentes métodos. Como o próprio Silvio Waisbord coloca em seu texto:

diferenças em ideologias e simpatias teóricas entre os especialistas das agências de cooperação e ONGs relacionadas ao desenvolvimento, às metas e expectativas de governos e instituições doadoras de recursos continuam moldando estratégias de comunicação. Considerando a diversidade e a riqueza de interesses e a interface de disciplinas do campo da comunicação para o desenvolvimento, seria irrealista esperar uma completa concordância. No entanto, há a tendência em se distanciar de modelos de soluções que servem para todos (“one-model-fits-all”) para a crença em métodos inclusivos e abertos à diversidade de visões programáticas e estratégias (WAISBORD, 2005).

O campo da comunicação para o desenvolvimento é definido de acordo com Karin G. Wilkins (2000), citada por Nancy Morris, como sendo “a aplicação de estratégias de tecnologias de comunicação e processos para promover mudança social” (MORRIS, 2005).

Segundo Nancy Morris o campo da comunicação para o desenvolvimento tem como pensamento dominante dois modelos teóricos: difusão e participativo. Morris explica que apesar de os modelos terem raízes teóricas distintas e ênfases diferentes no que concerne à confecção de programas e metas, eles podem se encontrar e se sobrepor em um determinado momento de um projeto voltado para o desenvolvimento (MORRIS, 2005).

Morris resume as características dos dois modelos, difusão e participativo nos seguintes quadros:

Modelo difusão	
Definição de comunicação: transferência de informação – vertical	
Definição de comunicação para o desenvolvimento: disseminação da informação via mídia de massa (TV, jornal, rádio etc).	
Problema: falta de informação	
Solução: transferência de informação: conhecimento > atitude > prática	
Meta: orientado para resultados: mudança de comportamento	
Estrutura	Tipos de intervenções
Modernização	Marketing Social
Difusão de inovações	Educação-entretenimento

Quadro 1 – Modelo Difusão – resumo de Nancy Morris – The diffusion and participatory models: a comparative analysis.

Modelo Participativo	
Definição de Comunicação: troca e dialogo na informação – horizontal	
Definição de comunicação para o desenvolvimento: participação da comunidade via a interação dos grupos	
Problema: diferenças estruturais/ignorar o conhecimento local	
Solução: troca e participação na informação	
Meta: orientado para o processo: empoderamento, igualdade, comunidade	
Estrutura	Tipos de intervenções
Mudança social/praxis (Freire)	Educação para o empoderamento
Mobilização social/ativismo	Pesquisa de ação participativa
	Avaliação rápida de participação
	Envolvimento da comunidade em Saúde

Quadro 2 – Modelo Participativo – resumo de Nancy Morris – The diffusion and participatory models: a comparative analysis.

No entanto, das cinco idéias apresentadas por Waisbord e dos dois modelos apresentados por Morris, a que possui mais adeptos no meio dos pensadores de comunicação para o desenvolvimento é a comunicação participativa. A comunicação participativa pode ser definida como:

uma atividade planejada, baseada por um lado em processos participativos e, de outro, na mídia e comunicação interpessoal – esta atividade facilita o diálogo entre os diferentes interessados que possuam o mesmo problema ou meta de desenvolvimento, com o objetivo de desenvolver e implementar um conjunto de atividades que contribuam para sua solução ou organização com o apoio e o acompanhamento da mesma (BESSETE, 2004, citado por CADIZ, 2005).

Como Servaes e Malikhaio explicam em seu texto, a comunicação participativa para a mudança social é uma ferramenta para que o desenvolvimento possa acontecer. Participação compreende uma divisão mais justa tanto do poder político, quanto econômico. Por sua vez, mudança estrutural, necessária para a mudança social, compreende a redistribuição de poder e muitos especialistas em comunicação entendem que a mudança estrutural deve ocorrer primeiro para que a comunicação participativa possa ser realizada. Portanto, os autores acreditam que o modelo de comunicação participativa no desenvolvimento “deve acontecer na relação com os processos de emancipação da sociedade em todos os níveis: local, nacional e internacional” (SERVAES et MALIKHAO, 2005).

A comunicação participativa, como já mencionado, segue as premissas da teoria de Paulo Freire. O pedagogo Paulo Freire criou um método de alfabetização que leva em consideração a realidade do aluno e estimula sua consciência. O método Paulo Freire, desenvolvido na década de 60, é seguido amplamente pelos comunicadores que trabalham o desenvolvimento no âmbito da comunicação participativa. Eles seguem os cinco passos contidos no modelo de Freire:

- a) Comunicação entre iguais: existe uma relação de igualdade entre o agente da mudança e o parceiro do desenvolvimento, ou seja, professor e estudante, no caso de Paulo Freire e no caso da comunicação para o desenvolvimento, o comunicador e a audiência, ou emissor e receptor. Freire denominou este diálogo de intercomunicação (CADIZ, 2005). Esta forma de pensar se contrapõe nitidamente à apresentada pelas

primeiras iniciativas de desenvolvimento da década de 50 e expostas no livro de Schramm apresentado em 1964. O autor, na ocasião, preconizava que o simples provimento de meios de comunicação dentro de uma sociedade poderia transformá-la de tradicional a moderna, numa clara demonstração de um modelo de comunicação vertical, “de cima para baixo”. Além disso, hoje o próprio conceito de modernidade não constitui, por si só, sinônimo de desenvolvimento como se acreditava na época (ver capítulo 2).

- b) Questionamento do problema: no pensamento de Freire o problema é colocado de maneira a se obter uma resolução através do diálogo provocado entre as partes em virtude da experiência e conhecimento de cada uma delas. Levantar questões sobre o problema, mais do que apresentar soluções prontas, é o objetivo do método do pensador brasileiro. Através deste questionamento é que os indivíduos ou grupos podem se conscientizar sobre determinado tema. Para Maria Celeste Cádiz, este modelo muda o papel dos comunicadores que trabalham com o desenvolvimento.

Os comunicadores não são mais apenas transmissores, tradutores e disseminadores de informações importantes, eles são facilitadores de um processo de mudança social que capitaliza o aprendizado humano nos níveis do individual e da comunidade. Esta visão do comunicador como facilitador se liga à noção de que o desenvolvimento é um processo autodeterminado e autoiniciado que melhor se sustenta quando não é artificialmente imposto de fora para dentro da comunidade (CADIZ, 2005).

- c) Práxis, um ciclo de ação e reflexão: neste passo do pensamento de Freire transportado para a prática da comunicação para o desenvolvimento, pode-se entender que o agente da mudança (governo, ONGs, instituições etc.) não deve apenas ouvir as necessidades do grupo em questão.

Ao contrário, o agente deve adotar o princípio da educação de adultos de capitalizar a experiência das pessoas, princípio indutivo de ensinamento que primeiro analisa a prática e, a partir de então, extrai de tais análises teorias e generalizações na forma de lições aprendidas, tudo isso pela prática da reflexão. A comunicação participativa no desenvolvimento é mais bem estudada e teorizada na ação, talvez sob uma perspectiva crítica (CADIZ, 2005).

- d) Conscientização: para Freire conscientização é um processo de consciência crítica. No processo de desenvolvimento esta conscientização é conseguida através do

diálogo entre as partes envolvidas. Cadiz explica que neste processo de diálogo entre iguais, as pessoas aumentam sua disposição para correr riscos.

Eles se tornam uma parte ou membros da mudança social baseada na decisão consciente de se engajar na mudança, mesmo que as condições desta mudança não sejam confortáveis, e baseada em uma profunda compreensão de suas realidades. Portanto, a conscientização se dá na práxis (CADIZ, 2005).

O modelo participativo compreende um diálogo entre iguais. Assim sendo, a conscientização não deve apenas surgir no âmbito da comunidade e sim, em todos aqueles envolvidos nos processos de desenvolvimento.

- e) Cinco Valores: Freire destaca cinco valores – amor, humildade, esperança, fé na habilidade dos parceiros de desenvolvimento e pensamento crítico. Cadiz salienta que estes cinco valores de Freire são geralmente evitados pelos cientistas sociais clássicos e empíricos, por serem considerados subjetivos. Porém, a autora os considera fundamentais (CADIZ, 2005). Talvez seja o exercício destes valores o grande desafio do desenvolvimento.

Autores que se debruçaram sobre a comunicação participativa como Jan Servaes e Patchanne Malikhao chegam à conclusão de que a comunicação participativa representa um novo paradigma no campo da comunicação para o desenvolvimento. Para eles o modelo da comunicação participativa incorpora o conceito de multiplicidade, salienta a importância da identidade cultural das comunidades e a participação nos níveis internacional, nacional, local e individual (SERVAES et MALIKHAO, 2005). Característica fundamental da comunicação participativa é o aspecto do modelo de que a comunicação para o desenvolvimento deve ser realizada “de baixo para cima” nas comunidades, em um diálogo entre iguais.

3.4 - Comunicação e Desenvolvimento nas Relações Internacionais

Como já mencionado, a comunicação para o desenvolvimento é originária do próprio ambiente internacional e da globalização. No campo das Relações Internacionais ela se dá através de organizações internacionais, sejam elas governamentais ou não. As

instituições internacionais desempenham um papel fundamental na comunicação para o desenvolvimento. Foi com o nascimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e de uma de suas agências, Unesco, que a relação entre informação/comunicação para o desenvolvimento na arena internacional foi elaborada (CARLSSON, 2005).

A preocupação da ONU com a comunicação e a informação surgiu nos primeiros anos de existência da organização. Esta preocupação pode ser comprovada em dois documentos da ONU, respectivamente de 1946 e de 1948. Aquele saído da Conferência Internacional de Liberdade de Informação e a própria Declaração Universal de Direitos Humanos.

No primeiro fica estabelecido que:

Todas as nações devem adotar políticas pelas quais o livre fluxo de informação entre países e através das fronteiras será protegido. O direito de buscar e transmitir informação deve ser garantido, a fim de que se possa assegurar ao público tomar conhecimento de fatos e de avaliar eventos... (extraído da Conferência Internacional de Liberdade de Informação, resolução 1946-12-14, citado por CARLSSON, 2005).

Na Declaração Universal de Direitos Humanos, um dos seus artigos diz que “Todos têm o direito da liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de ter opiniões sem interferência e buscar, receber e dividir informações e ideias por meio de qualquer veículo e independente de fronteiras” (Declaração Universal de Direitos Humanos, Artigo 19, 1948-12-10, citado por CARLSSON, 2005).

A livre circulação da informação ganhou força no desequilíbrio internacional provocado pelos processos de independência nos países da Ásia e África na década que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. O desequilíbrio era causado, sobretudo, pela reivindicação de soberania destes países em todos os aspectos, sejam elas territoriais, culturais ou políticas.

Ao mesmo tempo, estas novas nações necessitavam desesperadamente de ajuda dos chamados países industrializados que, muitas vezes, eram seus antigos colonizadores, para alcançar o desenvolvimento econômico. Segundo Ulla Carlsson, a mídia representava um importante papel neste processo de independência. Durante a Guerra Fria, cooptar os novos países independentes era considerado uma estratégia fundamental, tanto para o Ocidente (Capitalistas) quanto para o Oriente (Socialistas). “A ajuda para o

desenvolvimento era um fator importante para ganhar os corações e mentes das nações em desenvolvimento” (CARLSSON, 2005).

Nos anos 50 e 60 o modelo de comunicação amplamente utilizado era o modelo de Lasswell (ver início deste capítulo). A ênfase era no emissor e no meio de comunicação utilizado no envio da mensagem. Havia também uma preocupação muito grande no cenário internacional, como já citado acima, com a liberdade de imprensa e informação e de expressão. O receptor não tinha tanta importância neste processo.

A partir dos anos 70, o receptor da mensagem passa a ter mais importância. Assim, também ganham importância os processos de comunicação e o significado desses processos. Segundo Servaes e Malikhao esses processos compreendem as relações sociais criadas pela comunicação e as instituições sociais, e o contexto resultante destas relações. Deste modo, o foco não está mais no comunicador e sim no receptor, com a resultante ênfase no significado buscado e atribuído em detrimento da informação transmitida (SERVAES et MALIKHAO, 2005).

Com o fortalecimento da presença dos países em desenvolvimento no cenário internacional, as demandas por uma Nova Ordem Econômica Internacional e de uma Nova Ordem da Informação Internacional também se fizeram presentes. Hoje, segundo Carlsson, a Comunicação e a Informação são compreendidas em relação à governança global. Na visão da autora, governança global significa liderança global. Para ela, a discussão hoje no ambiente internacional da informação, diz respeito aos:

aspectos estruturais e institucionais da mídia e dos sistemas de comunicação e ações dos vários atores presentes na arena política internacional. Com a Nova Ordem da Informação Internacional, o debate da informação está relacionado com os processos de globalização, desenvolvimento da mídia nos países em desenvolvimento e, em última instância, ao nosso entendimento do que é desenvolvimento (CARLSSON, 2005).

Muitas mudanças aconteceram no campo da comunicação para o desenvolvimento e, no âmbito internacional, duas delas são significativas. A primeira é o aspecto híbrido da cultura no mundo globalizado proporcionado pelo fluxo internacional da informação/comunicação. Porém, deve-se ter cuidado para que esta “cultura híbrida” possa acontecer sem criar relações de dependência entre os países.

Outra mudança significativa, segundo Servaes e Malikhao, é um novo entendimento relativo ao que está acontecendo na área de comunicação para o desenvolvimento surgir fora do limite do estado-nação, ou seja, os fatores internos e externos que inibem o desenvolvimento não existem independentes de um ou de outro.

Para entender e desenvolver estratégias apropriadas deve-se compreender as relações de classe de uma determinada formação social periférica e de que maneira esta estrutura se relaciona com o Centro (Teoria da Dependência, ver capítulo 2), e como esta relação produz as classes sociais no Terceiro Mundo. Reduzir as classes dominantes no Terceiro Mundo, por exemplo, a simples “marionetes” dos interesses dos países desenvolvidos (Centro), é ignorar as realidades de uma relação extremamente complexa. A grande desigualdade e a natureza contraditória do processo de desenvolvimento capitalista necessariamente produzem uma constante mudança nestas relações (SERVAES et MALIKHAO, 2005).

Assim pode-se afirmar que o campo da comunicação para o desenvolvimento não só surgiu a partir da maior integração em escala mundial, mas, igualmente, se apresenta e tem suas ações realizadas em um mundo globalizado principalmente através das instituições internacionais. Desta forma, a Teoria Institucionalista é uma importante aliada no estudo da comunicação para o desenvolvimento nas Relações Internacionais.

Uma das vertentes teóricas de grande relevância dentro do Institucionalismo nas Relações Internacionais é o Institucionalismo Sociológico. Ele apresenta, de acordo com Hall e Taylor, três características relevantes para o estudo de comunicação e desenvolvimento nas Relações Internacionais. Como descrevem, pela ordem, os dois autores:

Primeiro, os teóricos tendem a definir as instituições de maneira muito mais global do que os pesquisadores em Ciência Política, incluindo não apenas regras, mas símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana (HALL et TAYLOR, 2003).

Em segundo lugar, o Institucionalismo Sociológico tende a redefinir cultura como sinônimo de instituições, para aproximar-se de uma concepção que considera a cultura como uma rede de hábitos, de símbolos e de cenários que fornecem modelos de comportamento (HALL et TAYLOR, 2003).

Terceiro, os institucionalistas sociais sustentam que as organizações adotam com frequência uma prática institucional por razões que têm menos a ver com o aumento da sua eficiência do

que com o reforço que oferece à sua legitimidade social e a de seus adeptos (HALL et TAYLOR, 2003).

No caso da primeira característica, a ideia representa a mudança social, um dos objetivos da comunicação para o desenvolvimento, bem como contempla a origem do campo como um fenômeno do internacional, da globalização.

Já no segundo item, a tendência de o Institucionalismo Sociológico redefinir cultura como sinônimo de instituições, relaciona-se à mudança de comportamento, que é um dos primeiros passos almejados pela comunicação para o desenvolvimento, principalmente dentro dos projetos de desenvolvimento realizados pelas instituições internacionais.

Por ultimo, no tocante ao terceiro ponto, a característica descrita pode ser relacionada à ideia do empoderamento na comunicação para o desenvolvimento, utilizada amplamente na comunicação participativa.

Este capítulo se concentrou em abordar a interface da comunicação e do desenvolvimento nas Relações Internacionais. Como verificado, através da revisão da literatura, não só das teorias de comunicação de massa, como também das teorias da comunicação para o desenvolvimento, a presença dos fenômenos de comunicação nas Relações Internacionais é notável, principalmente nas instituições internacionais. Sendo assim, este capítulo abre caminho para a discussão a seguir, que se dedica ao estudo de dois casos de comunicação para o desenvolvimento em uma instituição internacional.

4. RELAÇÕES INTERNACIONAIS, INSTITUCIONALISMO SOCIOLOGICO E O UNFPA

Este capítulo tem como objetivo analisar dois projetos de comunicação voltados para o desenvolvimento em uma das agências do sistema das Nações Unidas, o UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas. Para tanto, primeiramente, este capítulo situará o modelo do Institucionalismo nas Relações Internacionais e, mais particularmente, o modelo do Institucionalismo Sociológico, considerado extremamente útil na compreensão das atividades de uma agência internacional como o UNFPA. Em seguida, dois projetos de comunicação da instituição serão descritos e analisados.

4.1 – O Institucionalismo nas Relações Internacionais

Citando Marcel Merle, Cristina Soreanu Pecequilo define Sistema Internacional como:

meio onde se processam as relações entre os diferentes atores que compõem e fazem parte do conjunto das interações sociais que se processam na esfera do internacional, envolvendo seus atores, acontecimentos e fenômenos. É o palco, o ambiente no qual se desenrolam as Relações Internacionais (PECEQUILO, 2004).

A autora aceita a concepção de Hedley Bull de que a principal característica do Sistema Internacional é a anarquia. Bull, autor da Escola Inglesa, afirma que a diferença entre sistema de estados ou sistema internacional e sociedade internacional é que a sociedade internacional é formada por um grupo de estados que possuem os mesmos valores e interesses, ligados por um conjunto de regras e instituições (BULL, 2002).

Segundo Jackson e Sørensen “os teóricos da sociedade internacional – Escola Inglesa – consideram as Relações Internacionais (RI) uma linha especial das relações humanas, que ocorrem no tempo histórico e envolvem regras, normas e valores” (JACKSON et SØRENSEN, 2007). As RIs, assim, são o estudo desse mundo dos humanos, ao longo de sua história.

De acordo com a interpretação de Jackson e Sørensen:

os estudiosos da sociedade internacional, argumentam que a política mundial é uma sociedade anárquica com instituições, normas e regras distintas utilizadas pelos políticos para conduzir a política externa (JACKSON et SØRENSEN, 2007).

A Ordem Internacional então, de acordo com Bull, é constituída por objetivos elementares tais como soberania, paz e sociedade internacional, com a última garantindo estes objetivos elementares através das instituições. Vale ressaltar que para Bull a justiça está subordinada ao interesse do estado. Portanto, a ordem na política mundial precede a justiça.

Pode-se dizer que nas Relações Internacionais são três as correntes teóricas clássicas: Realismo, Liberalismo e Marxismo, com o Institucionalismo estando inserido na segunda. O Liberalismo considera como um de seus atores as organizações internacionais, além de sua lógica de produção do ordenamento ser realizada através da institucionalização e não da balança de poder, como é o caso no Realismo ou no desenvolvimento desigual, crises cíclicas e imperialismo como no marxismo. (NOGUEIRA et MESSARI, 2005).

Ainda segundo Nogueira e Messari, o campo liberal deu lugar, a partir dos anos 90, aos autodenominados institucionalistas. Estes pensadores vieram suprir a demanda existente nas Relações Internacionais do estudo da presença e atividade constantes das instituições no Sistema Internacional.

No Sistema Internacional (compreendido aqui na visão de Merle e Pecequilo) pode-se identificar dois atores: os estatais e os não-estatais. Os atores não-estatais se dividem em dois grupos, as Organizações Internacionais Governamentais (ou Intergovernamentais) OIG, e as Forças Transnacionais (FTs). Exemplo de OIG é a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU é uma organização que atua globalmente e possui ações em todo o mundo nas áreas econômica, populacional e social, cultural e de segurança. A ONU possui como característica uma postura dinâmica, pois acompanha as alterações do contexto político internacional e as necessidades de seus Estados-membros (PECEQUILO, 2004).

No entanto, segundo Pecequilo, a ONU não é meramente uma soma de Estados. A organização possui uma dinâmica própria através de uma burocracia e regras que lhe

permitem uma autonomia relativa. Relativa, uma vez que a organização continua ligada aos Estados politicamente e depende financeiramente de contribuições espontâneas dos mesmos.

As instituições, principalmente as de alcance internacional em sua formação e atuação, têm se tornado, no campo das Relações Internacionais, objeto de estudos.

Para Berger e Luckmann, no livro “A Construção Social da Realidade”, as instituições representam a interação dos seres humanos. Esta interação se dá através da linguagem e da tipificação da dimensão objetiva da conduta individual na construção da realidade social. Portanto, o ser humano necessita das instituições para se sentir seguro.

Elas garantem que o homem se mova com previsibilidade através de normas, regras, leis e valores que interagem na orientação de condutas. Desse modo, para os autores, instituições compreendem historicidade e controle. Ao mesmo tempo em que são formadas pela interação dos indivíduos, as instituições fazem parte da realidade externa dos mesmos e exercem a função de coerção. À medida que os indivíduos incorporam e aceitam as instituições elas se tornam legitimadas, podendo se transformar, até mesmo, em tradições (BERGER et LUCKMANN, 1996).

De grande relevância para o estudo das Organizações Internacionais Governamentais é o modelo teórico do Novo Institucionalismo, nascido a partir dos anos 80. Segundo Hall e Taylor, este modelo pode ser dividido em três métodos de pensamento: institucionalismo histórico, institucionalismo de escolha racional e institucionalismo sociológico.

No primeiro, as instituições são definidas:

como procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política ou da economia política. Instituições são regras de uma ordem constitucional ou dos procedimentos habituais de funcionamento de uma organização até as convenções que governam o comportamento dos sindicatos ou as relações entre bancos e empresas (HALL et TAYLOR, 1996).

Para Hall e Taylor, os “teóricos do Institucionalismo Histórico têm a tendência a associar as instituições às organizações e às regras ou convenções editadas pelas organizações formais” (HALL et TAYLOR, 1996).

O Institucionalismo de Escolha Racional possui quatro características. Primeiramente, estes teóricos utilizam características de pressupostos comportamentais. Em segundo lugar, consideram a vida política como dilemas de ação coletiva definidos como situações que levam os indivíduos a agirem de modo a buscarem sua máxima satisfação sem, ao mesmo tempo, lesar outro indivíduo. A terceira característica é a ênfase na interação em estratégias políticas. Por último, os teóricos desta escola consideram “o processo de criação de instituições centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados” (HALL et TAYLOR, 1996).

Já o Institucionalismo Sociológico tem sua origem nos valores de Weber; no modelo de comportamento de Durkheim; nos conceitos de estrutura e função de Talcott Parsons; na mudança institucional preconizada por Philip Selznick; e na Teoria dos Papéis de Eisenstadt, todas incorporadas à Teoria Sociológica das Organizações. Nesta teoria as instituições possuem aspectos simbólicos e extra-rationais.

Assim, as instituições são constituídas por sistemas de significados e seu comportamento, como o dos indivíduos que a formam, depende dos significados incorporados e dos símbolos manipulados. Portanto, para estes estudiosos, a diferença tradicional entre o mundo social de tipo burocrático e o conjunto de práticas associadas à cultura, não tem nenhuma razão de ser.

Desse modo, as instituições possuem um caráter muito mais global do que nos outros pensamentos institucionalistas já que não são apenas considerados os aspectos referentes às regras e normas, como também os sistemas de símbolos, esquemas cognitivos e morais. Mais do que isso, esta diferença não existe, acabando com a dicotomia entre eles de que “as instituições são regras e procedimentos instituídos pela organização”, e “explicações culturais, que remetem à cultura, definida como um conjunto de atitudes, de valores e de abordagens comuns face aos problemas”, sendo que esse enfoque tende a redefinir a “cultura” como sinônimo de instituições. (HALL et TAYLOR, 1996).

Estes aspectos cognitivos destacados na Teoria das Organizações também têm grande relevância para o Institucionalismo Sociológico – esta visão cognitiva que diz respeito à maneira como um membro da instituição interpreta e percebe os dados tomados do seu entorno. Estes aspectos estão ligados à percepção do indivíduo.

Para Peter Hall, as instituições “são as regulamentações formais, os procedimentos de acatamento e os procedimentos operativos, padrões que estruturam as relações entre as pessoas em diversas unidades da organização política e econômica” (HALL et TAYLOR, 1996).

Para W. Richard Scott (1995) citado por Peters, “as instituições consistem nas estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que buscam estabelecer significado ao comportamento social” (PETERS, 1999).

No Institucionalismo Sociológico, independentemente da definição que a instituição possa ter, há um elemento fundamental que é a análise do papel que cumprem as ideias e suas influências. As ideias são entendidas como um conjunto de soluções para os problemas de elaboração de políticas que podem surgir dentro do seu âmbito.

Este capítulo se limita ao estudo das organizações internacionais, ou instituições internacionais, conforme as definições acima mencionadas dentro do Institucionalismo Sociológico. As instituições ou organizações internacionais surgiram da necessidade de se encontrar soluções para questões internacionais que os Estados, por si só, não conseguiam resolver. Estas instituições têm como função promover o debate dos assuntos internacionais e atuar como mediadoras (PECEQUILO, 2004).

Este trabalho dedicou seus estudos a uma destas instituições. Neste caso, a pesquisa foi realizada junto ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), uma das agências do sistema ONU.

4.2 - O UNFPA

O UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas – iniciou suas operações em 1969, como parte do PNUD, o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. Três anos mais tarde, a entidade ganhou maior autonomia e passou a ter o mesmo status, do ponto de vista administrativo, que o próprio PNUD e o Unicef – Fundo das Nações Unidas Para a Infância.

Em seguida a novas mudanças internas no sistema ONU, o UNFPA tornou-se órgão internacional diretamente ligado à Assembléia Geral e teve sua diretoria executiva implantada com a adesão de 36 países-membros representando a África (oito), Ásia-

Pacífico (sete), Leste Europeu (sete), América Latina e Caribe (cinco) e Europa Ocidental e outros, com 12 nações.

Somente em 1994, contudo, o UNFPA recebeu uma missão vastamente ampliada, resultado direto da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Cairo, no Egito. A instituição passou, então, a ser a responsável pela implantação e acompanhamento do Programa de Ação definido na Conferência, basicamente resumindo-se à plena integração do tema população e direitos reprodutivos da mulher à agenda internacional do desenvolvimento.

De posse do “mandato” mais abrangente o UNFPA, desde então, tem seu trabalho orientado por aquele Programa de Ação, adotado pelos 179 países participantes e estipulando que necessidades dos setores de educação e saúde são essenciais ao desenvolvimento sustentável de longo prazo. As determinações, posteriormente, vieram a ser incluídas nos Objetivos do Milênio para a redução da pobreza em todo o mundo até o ano de 2015.

A saúde reprodutiva tem papel de maior destaque nas atividades do UNFPA com o objetivo primordial de reduzir altos índices de mortes como resultado de complicações na gravidez e em partos nos países em desenvolvimento. Para tanto, o Fundo atua no provimento de universalização da informação sobre métodos contraceptivos, cuidados com a saúde de gestantes e recém-nascidos e, ao mesmo tempo, a prevenção e controle de doenças sexualmente transmitidas como a Aids.

Nessa mesma linha, o UNFPA atua segundo o princípio de que a reprodução é um direito humano e que mães devem, também, ter o direito a partos seguros e saudáveis.

Outra linha de atuação do UNFPA é a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate à discriminação e violência que prejudicam o acesso de mulheres a oportunidades iguais em vários aspectos do cotidiano. Somente com base em avanços naquele campo, entende o Fundo, as mulheres podem exercer plenamente o direito à escolha do número desejado de filhos, a fase de suas vidas em que desejam dar à luz e o espaço de tempo entre o nascimento de seus bebês.

Em 2007, o UNFPA registrou quantia recorde de mais de US\$ 400, milhões em contribuições voluntárias de 181 países, além de seus recursos orçamentários regulares. A verba é aplicada em atividades exercidas em cerca de 150 países e, em termos de

informação, a entidade publica anualmente as “Condições da População Mundial” – relatório que, desde 1978, transformou-se em referência sobre o assunto, além de abrangente avaliação de questões populacionais em todo o mundo.

Há dois anos, um suplemento dedicado à juventude foi incorporado ao relatório, acrescentando em importância ao estudo sobre o tema nos cinco continentes.

Como escrito acima, as instituições, de acordo com Scott, “consistem nas estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que buscam estabelecer significado ao comportamento social” (SCOTT, 1995). O UNFPA, no Brasil, possui sua própria estrutura organizacional que o normatiza e o regulamenta e é formado de atividades cognitivas representadas pela sua percepção das idéias contidas em suas três áreas focais: população e desenvolvimento, saúde sexual reprodutiva e gênero.

O UNFPA abriu, em 1985, seu escritório em Brasília. O escritório veio intensificar as relações com o Brasil, iniciadas em 1973, por meio de cooperação na área de saúde reprodutiva. A cada quatro ou cinco anos, o UNFPA e o governo brasileiro, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, elaboram juntos programas de cooperação.

Segundo o UNFPA, o Brasil é um país que está consolidando sua transição demográfica. Desde a década de 50, houve redução significativa nas taxas de mortalidade e fecundidade. Esta redução foi resultado da melhoria ao acesso e da qualidade dos serviços de saúde e educação; do aumento no uso de métodos contraceptivos; do aumento do número de mulheres no mercado de trabalho; da transição urbana, com mudanças nos padrões culturais; e do aumento da expectativa de vida com a diminuição da mortalidade infantil e na infância devido a uma melhor situação nutricional (brochura de divulgação do UNFPA Brasil).

O UNFPA entende que o Brasil não depende mais de tanta ajuda financeira por parte do Fundo, assim a atuação do UNFPA vem sendo direcionada à aplicação, de maneira estratégica, dos recursos disponíveis, bem como os recursos a serem disponibilizados, para a promoção da autonomia e sustentabilidade do país em questões de população, dentro dos objetivos estabelecidos com o governo brasileiro e a sociedade civil.

Até 2007, o UNFPA organizava o seu programa de cooperação em três subprogramas: População e Desenvolvimento; Saúde Reprodutiva; e Cooperação Internacional Sul-Sul. A partir de 2007, mudou a denominação na reformulação do Programa Regional. Os subprogramas passaram a ser chamados de Áreas Focais, contendo também três áreas: População e Desenvolvimento, Saúde Sexual Reprodutiva e Gênero. Todas as Áreas Focais possuem o componente da Cooperação Sul-Sul, que basicamente envolve os países da América Latina e em alguns momentos, países da África. A Cooperação Sul-Sul possibilita ao Brasil prestar assistência técnica a outros países em desenvolvimento.

Segundo a visão do UNFPA, a importância da participação dos jovens em todas as etapas programáticas da instituição é um dos pilares do trabalho de sua atuação já que a questão do jovem é considerada essencial para o desenvolvimento. Isto é justificado pelo UNFPA ao considerar que se tem hoje, em todo o mundo, uma das maiores gerações de jovens jamais vista. Aproximadamente metade da população mundial se encontra na faixa etária abaixo de 25 anos. E 87% dessa população vivem nos países em desenvolvimento (dados UNFPA publicados em 2003).

Ainda segundo dados do UNFPA, 50% de todos os jovens do mundo sobrevivem com menos de dois dólares americanos por dia. Em 2000, aproximadamente 82 milhões de mulheres jovens e 51 milhões de homens jovens, com idade entre 10 a 24 anos, eram analfabetos. Estima-se que mais de dois milhões de meninas na faixa etária de 5 a 15 anos, a maioria na Ásia, mas também em outras regiões do mundo, são vítimas de tráfico sexual. No mundo, 50% das vítimas de violência sexual são meninas até 15 anos de idade. Além disso, de 25% a 50% das adolescentes de países em desenvolvimento têm seu primeiro filho até os 18 anos (dados UNFPA publicados em 2003).

A maioria dos jovens inicia relações sexuais antes dos 20 anos. No Brasil, na Hungria e no Quênia, segundo dados do UNFPA, mais de 88% dos adolescentes do sexo masculino na faixa etária de 15 a 19 anos mantêm relacionamentos sexuais, sendo que 25% destes jovens iniciaram sua vida sexual antes dos 15 anos (dados UNFPA publicados em 2003).

Uma das principais ações do UNFPA é o combate à epidemia do HIV/Aids. De acordo com dados do Fundo, metade de novas infecções do HIV/Aids, cerca de 6 mil por

dia, ocorrem entre jovens de 15 a 24 anos. Segundo o UNFPA, as consequências de relações sexuais sem proteção, casamentos precoces, HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência e abortos praticados sem segurança, causam grande impacto na saúde física e mental de jovens e adolescentes (dados UNFPA publicados em 2003).

De acordo com o UNFPA, os dados acima mencionados explicam o porquê de a instituição possuir programas nos países em desenvolvimento em todo o mundo voltados para adolescentes e jovens. O UNFPA possui princípios que guiam sua atuação para a questão dos problemas enfrentados pelos jovens e adolescentes. São eles:

- Proteger os direitos humanos dos adolescentes e jovens;
- Promover igualdade e conquistas, em resposta às diferentes necessidades e perspectivas de meninos e meninas;
- Responder à diversidade e à experiência diversificada da vida dos jovens;
- Promover a participação dos jovens em planejamento, implementação e avaliação;
- Promover a liderança e a capacidade dos jovens;
- Responder à diversidade sociocultural;
- Desenvolver programas baseados no conhecimento factual e experiência atual;
- Construir parcerias entre ministérios do governo, ONGs, grupos de jovens, grupos da comunidade, mídia e o Sistema ONU;
- Planejar e almejar a sustentabilidade.

Em parceria com os jovens, suas famílias, comunidades e governos, o UNFPA trabalha visando o “empoderamento” do jovem para que ele possa explorar suas opções e obter conhecimento, capacidades, orientação e apoio necessário para a realização de suas esperanças e sonhos (dados UNFPA publicados em 2003).

O UNFPA acredita que muitos jovens estão entrando na idade reprodutiva nos próximos anos e com maiores vulnerabilidades do que apresentadas em gerações passadas. Portanto, o UNFPA entende que, com o conhecimento de que o jovem tem uma visão do mundo diferenciada e que tem necessidades específicas, não adianta os adultos

pressuporem o que eles precisariam. Sendo assim, a participação do jovem em todas as etapas de planejamento, implementação e monitoramento de programas é um dos princípios do UNFPA que mais ganha relevância na elaboração de projetos voltados para os jovens.

Esta participação é tão importante que o UNFPA mantém um grupo de jovens que se reúne para interagir com outros jovens do mundo inteiro com o objetivo de discutir o que tem sido feito especificamente pelo UNFPA. Estes jovens acompanham como a instituição vem atuando e se tem concretizado na prática ações de interesse da população jovem. Este grupo inclusive discute se seriam necessárias importantes mudanças de abordagem, mudanças de planejamento e revisões do que tem sido feito na instituição em suas atividades no mundo.

Segundo o UNFPA um dos pontos fortes deste grupo é, primeiro, o fato de ele ser formado por jovens que não são tutorados ou capitaneados por adultos e ter sua ação realizada através de reuniões onde os profissionais do UNFPA participam apenas pelo intercâmbio de idéias e apreensão do que estes jovens estão discutindo. Segundo, pelo fato de que estes jovens vêm de diferentes partes do mundo, o que traz também uma abordagem multicultural aos programas da instituição. Assim, não só proporciona uma abordagem sensível à questão geracional, por conta da idade, como também uma sensibilidade às necessidades culturais, devido à presença da diversidade cultural entre os jovens que representam diferentes países.

O UNFPA no Brasil, entre as diversas atividades que possui, realizou dois projetos de comunicação voltados para jovens: o PAF/Mídia e a campanha “Expressa!” Ambos foram realizados durante o ciclo programático de 2002 a 2006. Estes dois projetos tiveram a preocupação, de acordo com o UNFPA, de permitir que os jovens pudessem decidir e escolher aquilo que seria melhor para eles.

Neste capítulo, os projetos serão apresentados e analisados sob a luz das teorias apresentadas nos capítulos anteriores. Os projetos escolhidos para análise são o PAF/Mídia e a campanha “Expressa!”.

4.3 – Projeto “Expressa!” – Uma iniciativa de mobilização juvenil

A campanha “Expressa!” foi realizada durante cerca de três meses ao final de 2006, de 25 de setembro a 05 de dezembro daquele ano. Entre as principais características da iniciativa estavam a mobilização de jovens em todo o País, para a promoção de um profundo debate sobre prioridades em políticas públicas para a juventude.

O projeto contou com parcerias de duas emissoras (TV Câmara e MTV), e mais de dez grupos ligados ao movimento jovem em diversas partes do País.

Os objetivos da campanha eram discutir formas de maior participação dos jovens no processo decisório e os direitos humanos juvenis nas políticas voltadas para a juventude, bem como a mobilização e intercâmbio de idéias entre jovens de diversos grupos sociais. Isso, para que se buscasse, em última instância, indicar meios para promover a redução da pobreza e o desenvolvimento humano, características fundamentais do Desenvolvimento Social.

O conceito de Desenvolvimento Social está ligado à busca do bem-estar das pessoas (ver capítulo 2). O bem-estar é considerado uma condição social que compreende três elementos: os problemas sociais trabalhados em diferentes âmbitos da sociedade, necessidades sociais básicas de sobrevivência (alimentação, água, etc.) e oportunidades sociais que possibilitem as pessoas a avançar e realizar todo o seu potencial (MIDGLEY, 1995).

Segundo Midgley, o Desenvolvimento Social objetiva unir esforços sociais e econômicos, integrando os dois elementos em um só processo dinâmico de desenvolvimento. “Desenvolvimento Social não pode acontecer sem Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Econômico não tem sentido a menos que acompanhado de avanço no bem-estar social da sociedade como um todo” (MIDGLEY, 1995). Portanto, o Desenvolvimento Social pode ser definido como um processo de mudança social com o objetivo de promover o bem-estar da população através de um processo dinâmico de desenvolvimento econômico.

Na concepção de Amartya Sen, o bem-estar de um indivíduo pode ser formado em termos de qualidade do “estado” do mesmo. Para Sen, viver compreende um conjunto

de funcionamentos interrelacionados. Estes funcionamentos são constituídos de estados e ações como, por exemplo, estar bem alimentado, ter boa saúde, ser feliz, ser parte de uma comunidade, ter respeito próprio etc. (SEN, 2001).

Para tanto, vários temas considerados importantes para o desenvolvimento social integraram os debates na campanha “Expressa!”, com destaque para os direitos dos jovens à participação efetiva nas decisões em políticas que os afetam diretamente, seu acesso à saúde, educação de qualidade e emprego digno.

4. 3. 1 - Divulgação e Resultados

Em termos de difusão da campanha, a “Expressa!” contou com um portal específico num site interativo, inserções em programas das TVs Câmara e MTV, distribuição de press-releases e notas à imprensa.

Paralelamente à intensa utilização da mídia, a iniciativa resultou no preparo de um documento que, em forma de carta aberta (contendo conclusões e demandas dos grupos de jovens), foi entregue a dirigentes de 29 partidos políticos, 513 deputados federais, 81 senadores e a todos os 27 governadores de estados brasileiros.

No total, a campanha teve o envolvimento direto e indireto de 60 mil pessoas em todo o Brasil, incluindo diversas ONGs e a criação de um GFJ, ou Grupo Focal Jovem, com representantes de várias regiões do País.

A campanha foi considerada um grande sucesso pelos idealizadores da iniciativa, resultando na mobilização e sensibilização de diversos setores da sociedade, para a importância de se discutir os direitos humanos dos jovens.

Um bem sucedido concurso de redação completou o projeto, mobilizando um grande número de concorrentes em 17 dos 27 estados da federação, levando o UNFPA a considerar promover uma segunda edição da campanha, já no ano seguinte (2007), com aprofundamento de temas debatidos, incluindo Protagonismo Juvenil e Incentivo à Criação de Legislação Específica Para a Juventude.

Como se pode notar, a campanha Expressa em sua forma de atuação comunicativa combinou elementos comunicacionais do modelo de difusão, como também do modelo participativo (ver Capítulo 3). Em um primeiro momento, o modelo adotado foi o da

comunicação participativa, de forma horizontal com a informação baseada no diálogo e na troca de informações dentro do Grupo Focal Jovem, orientados para o processo com ênfase no empoderamento, ou seja, na conscientização do que é importante para os jovens de acordo com o próprio pensamento destes jovens. No segundo momento, a Campanha depois de ter decidido suas premissas, adotou algumas características do modelo de difusão principalmente na disseminação da informação via mídia de massa, no caso, televisões e press-releases enviados aos jornais, adotando claramente um tipo de intervenção denominada educação-entretenimento.

Desta forma, a Campanha “Expressa!” adotando esta combinação de modelos, segundo o UNFPA, foi perfeitamente válida, pois para atingir determinados segmentos da população – no caso da Campanha “Expressa!” o segmento jovem – não se pode utilizar uma estratégia padronizada. Ou seja, para atingir este segmento não se pode valer dos mesmos mecanismos e estratégias que se utiliza para a população idosa. No caso da “Expressa!” foi necessário utilizar instrumentos que estavam de acordo com a realidade e interesse dos jovens. Portanto, a combinação de várias estratégias se mostrou propícia.

O UNFPA tem a preocupação de ampliar a disseminação de informações que normalmente não seriam disseminadas em veículos comerciais (por veículos comerciais pode-se entender os grandes veículos de comunicação de massa). A grande pergunta em projetos de comunicação e desenvolvimento na instituição é como chegar até o público prioritário.

A escolha da MTV para a veiculação da Campanha “Expressa!” foi decidida devido ao público alvo que esta TV possui. Voltada para os jovens e utilizando uma linguagem apropriada a este segmento da população, a MTV se mostrou a alternativa ideal para a Campanha “Expressa!”. Os jovens precisam ter motivação para escutar, para receber informações diferentes do que eles normalmente considerariam prioritárias naquele momento. Na MTV os jovens se mostram mais favoráveis ao recebimento destas informações por se tratar exatamente de um veículo que eles estão acostumados a assistir e que apresenta em seu conteúdo informações de seu interesse.

Portanto, o UNFPA considerou que neste veículo específico, voltado para o segmento jovem, as chances do debate realizado sobre prioridades em políticas públicas para a juventude ser escutado eram grandes. Também eram maiores as chances de, em

segundo lugar, a mensagem ser compreendida e – por ultimo – igualmente ampliadas as chances de que estas informações tivessem algum impacto na mudança de comportamento daquele público.

Assim sendo, o UNFPA chegou à conclusão de que um veículo comercial com informações que talvez não sejam tão comerciais assim pode se tornar uma forma de se alcançar ou ter mais chances de se alcançar o seu público alvo. Desta forma, e como resultado disso, promover algum impacto, não inicialmente uma mudança de atitude, mas, pelo menos, um pensar sobre as atitudes, uma discussão com seus pares sobre o que leva o jovem a agir como age e, se for possível, mudar algumas formas de comportamento.

4.4 – Projeto PAF/Mídia - Capacitação de Jovens Radialistas

4.4.1 - Histórico

O combate ao HIV/AIDS entre a população jovem há muito prossegue sendo o maior motivo de preocupação mundial sobre a epidemia. Estima-se que em todo o mundo, 38 milhões de pessoas estejam infectadas com o vírus, que já causou até hoje mais de três milhões de mortes em diversos países. Em virtude dessa percepção, a Organização das Nações Unidas convocou – na Assembléia Geral em 2001 – todos os seus membros a tomarem medidas para garantir que, até o ano de 2010, 95% dos jovens entre 15 e 24 anos tivessem acesso à educação sobre o vírus HIV e a AIDS. Assim, a ONU, como já citado acima, através de suas agências que atuam no ambiente internacional promove, de acordo com o pensamento do Institucionalismo Sociológico, ideias e exerce influência. As ideias, como também já mencionado, são entendidas como um conjunto de soluções para os problemas de elaboração de políticas que podem surgir dentro do seu âmbito.

Dentro desse quadro, já no biênio inicial – 2002 a 2003 – realizou-se a primeira campanha em todo o mundo adotando os temas de “Estigma e Discriminação”, com objetivo de quebrar o silêncio e derrubar as barreiras para a prevenção e o tratamento da doença.

Justamente nesse período, o UNFPA foi o responsável por implementar o PAF/Mídia, do qual fez parte a “Oficina de Capacitação de Jovens Radialistas Sobre o HIV/AIDS, Gênero e Uso Indevido de Drogas. O “workshop” sobre o tema atendeu também os objetivos estratégicos do UNAIDS no Brasil, ao associar a parceria com a mídia a áreas de discussões como o protagonismo juvenil, o uso de drogas e o combate à AIDS.

O PAF/Mídia, elaborado no ciclo programático de 2002 a 2006, faz parte do PAF (Fundo de Aceleração de Programas, das iniciais em inglês) do UNAIDS – Programa das Nações Unidas de Combate ao HIV/AIDS. No contexto do ciclo programático do UNFPA, o PAF/Mídia fez parte do Subprograma de Saúde Sexual Reprodutiva.

4.4.2 - Objetivos do Projeto

O objetivo mais importante e fundamental do PAF/Mídia foi promover a busca de novos métodos para fortalecer ações de comunicação e mobilização social no que diz respeito à contaminação pelo vírus HIV e à disseminação da AIDS em todo o mundo.

Esse processo de comunicação visava criar estratégias de capacitação de jovens comunicadores para que se implementasse projetos similares no futuro utilizando, exatamente, o rádio como veículo capaz de atingir um público mais amplo e diversificado, independentemente de classes sociais.

O PAF/Mídia também buscou aplicar o método de ensino conhecido como “peer education” – um sistema pelo qual pessoas de um mesmo grupo social ou profissional envolvem-se na construção de conhecimento. O processo possibilita o uso de uma mesma identidade cultural e mesma linguagem facilitando, portanto, o fluxo de informações em situações como, por exemplo, a relação “de jovem para jovem”, “de mulher para mulher” e assim por diante. Este método, tem grande semelhança com o método Paulo Freire, como explicado no capítulo 3, muito usado na comunicação participativa.

A metodologia Paulo Freire reforça a tese de que uma mesma linguagem entre emissor e receptor da informação permite uma melhor troca de conhecimento e favorece, em última instância, o efeito difusor no grupo-alvo. Por outro lado, o processo também tornou possível o cumprimento de outro objetivo, o de explorar o potencial do jovem para

atuar efetivamente como comunicador social, sobretudo abordando temas como a saúde sexual e reprodutiva, a equidade de gênero, o uso indevido de drogas e a prevenção do HIV/AIDS, temas abordados constantemente dentro da Teoria de Desenvolvimento Social (ver capítulo 2).

4.4.3 - Execução do Projeto

Toda a formulação do projeto, desde suas primeiras concepções, girou em torno de uma proposta que tivesse como foco a população jovem. Ao surgir a ideia inicial, assim, o PAF/Mídia logo passou a ser considerado iniciativa inovadora ao estimular e capacitar o jovem comunicador e, mais especificamente, o jovem radialista – exatamente o profissional de mídia responsável pelo veículo de comunicação de maior penetração no Brasil.

A justificativa da iniciativa deveu-se ao entendimento de a comunicação social e a mídia serem áreas estratégicas de ação, sobretudo quando o público alvo definido recaiu sobre a população jovem, capaz de melhor difundir a informação relativa ao vírus HIV e a AIDS, bem como meios de prevenção e tratamento da doença. Estas características de comunicação adotadas para a divulgação do projeto fazem parte do modelo de comunicação de difusão via mídia de massa, no caso do PAF/Mídia, o rádio.

O modelo de Difusão trabalha com a problemática da falta de informação, sendo que neste modelo a solução é apresentada através da transferência de informação, que gera o conhecimento e que interfere na atitude, originando uma nova prática. Este tipo de comunicação possui uma orientação para resultados que significam a mudança de comportamento (ver capítulo 3).

Na fase preparatória do projeto, criou-se o GT (Grupo de Trabalho) de Comunicação, reunindo representantes exatamente daquela área de 12 organizações, não apenas ligados à própria ONU como, também, dos governos brasileiro, norte-americano e alemão, numa iniciativa sem precedentes no sistema ONU no Brasil. Os recursos para a aplicação do projeto foram da ordem de US\$ 40, mil, obtidos do PAF – da sigla em inglês para Fundo de Aceleração de Programas. O PAF/Mídia foi considerado um projeto piloto.

Desse modo, então, optou-se pela realização de oficinas de capacitação – um workshop de três dias – reunindo jovens radialistas com idade entre 18 e 26 anos. O projeto foi implementado em Salvador (BA), entre os dias 6 e 8 de novembro de 2003, contando com a participação de 32 jovens radialistas (19 homens e 13 mulheres), representando 19 cidades de 13 estados brasileiros.

Durante este workshop ficou nitidamente caracterizada a adoção da comunicação participativa com troca e diálogo na informação, ou seja, uma forma de comunicação horizontal e interação dos grupos, numa clara evidência do processo ser orientado para o empoderamento dos jovens ali reunidos, fortalecendo a igualdade de todos os participantes e o grupo de jovens radialistas.

O programa teve 16 horas de atividades e os resultados dos trabalhos foram apresentados na forma de “produtos radiofônicos” tais como boletins informativos, rádio-revista, rádio-drama, spots e outros. Durante o workshop, mecanismos de trocas de idéias e conceitos foram aplicados, reproduzindo processos semelhantes a reuniões de pauta em redações ou de briefings de elaboração de peças publicitárias.

4.4.4 - Resultados e Divulgação

O projeto foi concluído com sucesso, principalmente em virtude do fato de ter atingido seus objetivos de se aplicar um novo método para fortalecer as ações de mobilização e de comunicação social relativamente ao vírus HIV e à AIDS.

Com base nisso adotou-se, também, recomendações para se replicar a experiência, como modo de se dispor de uma ferramenta adicional na luta mundial no combate à epidemia do HIV/AIDS.

A oficina foi encerrada com a apresentação de vários “produtos radiofônicos” posteriormente divulgados em algumas das emissoras onde trabalhavam parte dos 32 jovens radialistas. Uma dificuldade de divulgação do material produzido em Salvador prendeu-se exatamente ao tema adotado na primeira campanha mundial sobre o problema, logo após a Assembléia Geral da ONU em 2001.

O “Estigma e Discriminação” acabam fortalecendo o tabu que envolve as questões ligadas ao HIV/AIDS, temas de difícil abordagem nos meios de comunicação,

especialmente no que se refere a emissoras de rádio controladas por grupos religiosos no Brasil e de onde vinham alguns dos participantes do workshop.

Este capítulo foi dedicado a descrever o objeto da pesquisa, dois casos de comunicação para o desenvolvimento em uma instituição internacional. Conhecer os projetos foi de fundamental importância para a análise de estudo de caso aplicada neste trabalho como metodologia, como também conhecer a instituição na qual estes projetos foram realizados. O próximo capítulo será dedicado a comparar os projetos e as conclusões finais.

5. CONCLUSÃO

Este capítulo procura estabelecer primeiramente, a interface dos campos da comunicação, do desenvolvimento e das Relações Internacionais estudados separadamente nos capítulos anteriores. Ele se inicia com esta interrelação e com a análise comparativa dos dois casos de projetos de comunicação estudados a fim de oferecer respostas à pergunta colocada por este trabalho: se a comunicação pode ser utilizada como uma ferramenta para o desenvolvimento e, naquele caso, como ela é utilizada.

O desenvolvimento é um campo de estudo que possui características multidisciplinares e compreende a variedade. Qualquer estudo sobre este tema deve considerar estas características. Os desafios apresentados pelo tema são inúmeros. Teorias e mecanismos de ação surgem constantemente para tentar compreender e estabelecer parâmetros, a fim de que se possa chegar ao desenvolvimento e, conseqüentemente, a uma sociedade mais justa.

Este trabalho se iniciou pela revisão da literatura das teorias de desenvolvimento em suas várias dimensões e compreensões. Esta revisão se mostrou válida, primeiro, por proporcionar o desenho de um quadro que mostra nitidamente as características do desenvolvimento já citadas no parágrafo anterior. Segundo, possibilitou que se chegasse à conclusão de que o objeto desta pesquisa, estudo de dois casos de comunicação voltados para o desenvolvimento em uma instituição internacional, considerou o desenvolvimento social como uma meta a ser atingida através dos projetos estudados

Nas Relações Internacionais o tema desenvolvimento vem ganhando destaque através, principalmente, das instituições internacionais que trabalham com o tema. Hoje, os desafios postos diante de um mundo globalizado, no que tange ao desenvolvimento, mudam em uma velocidade sem igual. As crises geradas no centro do sistema financeiro, ou seja, nas mais poderosas instituições financeiras do mundo chegam a questionar, para muitos especialistas, não só o pensamento neoliberal predominante no capitalismo atual, como também o papel do Estado.

Com isto, novos paradigmas, novas ações e novos conceitos de desenvolvimento vão surgindo. Interessante verificar, por exemplo, matéria jornalística publicada em um jornal de grande circulação nacional sobre índices de desenvolvimento praticados no mundo. A matéria diz respeito ao índice usado pelo Butão, país localizado na Ásia. Ao invés de considerar o PIB (Produto Interno Bruto), o país oriental utiliza há 10 anos, o FIB (Felicidade Interna Bruta). Este índice desenvolvido pelo governo do Butão é composto dos seguintes itens: padrão de vida; boa governança; vitalidade da comunidade; educação; uso equilibrado do tempo; vitalidade e diversidade da cultura; saúde da população; e bem-estar emocional. (Folha de São Paulo, 30/12/08, p.B6).

O FIB possui muitas características sugeridas pela Teoria de Desenvolvimento Social, com o bem-estar sendo uma delas. Outra corrente teórica sobre o desenvolvimento que ganha força e adeptos é a defendida pelos pós-desenvolvimentistas.

Como descrito anteriormente os pós-desenvolvimentistas, assim como as outras correntes críticas, já alertaram que é preciso repensar as formas de desenvolvimento, não só como ideia e conceito, mas também nas ações colocadas em prática e que, segundo estes teóricos, não deram certo. Estes pensadores argumentam que soluções locais devem substituir as soluções de esferas globais e que o modo de vida contemporâneo deve ser substituído por uma vida simples com ênfase ecológica e espiritual.

Estes teóricos argumentam, ainda, que é necessária uma reavaliação das sociedades não capitalistas e que as condições de vida, nessas sociedades, não são necessariamente ruins. Os pós-desenvolvimentistas não aceitam o modo de pensar e de viver atual, produzido pela sociedade moderna constituída a partir de um modelo ocidental de pensar e agir (ver capítulo 2).

A substituição das soluções locais pelas globais está também em sintonia com o debate realizado hoje dentro do campo da comunicação para o desenvolvimento. Os teóricos de comunicação para o desenvolvimento consideram que o processo de globalização possui simultaneamente tanto o caráter local, quanto global. Assim, globalização passa a ser denominada Glocal que, por sua vez, significa mudança social no contexto local que provoca a mudança social no contexto global (ver capítulo 3).

Para os estudiosos da área, os projetos de comunicação para o desenvolvimento que obedecem a um modelo “de cima para baixo”, sem ouvir as necessidades da

comunidade envolvida e sem permitir o empoderamento desta comunidade, estão fadados ao fracasso (ver capítulo 3).

Este trabalho centrou suas análises em dois estudos de caso de projetos de comunicação voltados para o desenvolvimento em uma instituição internacional, a campanha “Expressa!” e o PAF/Mídia da Oficina de Capacitação para Jovens Radialistas sobre HIV/Aids, Gênero e Uso Indevido de Drogas. Os dois projetos, ambos envolvendo a população jovem, tiveram como objetivo proporcionar a grupos formados por esta faixa etária, mecanismos de empoderamento para que eles pudessem, através do debate e das ações propostas, alcançar uma mudança de comportamento que levasse a um desenvolvimento social.

Segundo o relatório final da campanha “Expressa!” a iniciativa:

Contribuiu para a promoção dos direitos humanos dos e das jovens participantes e sensibilizou este segmento para a importância de sua atuação social; proporcionou diálogo entre pessoas jovens de diferentes realidades sociais e culturais; e sensibilizou segmentos da população brasileira para as demandas específicas dos jovens (Relatório campanha “Expressa!”, UNFPA, 2006).

Assim, pode-se concluir que a busca por uma melhor qualidade de vida e do empoderamento desta população, foi buscada. Além disso, o envolvimento dos jovens em todas as etapas da campanha contribuiu para que a inclusão deles no debate sobre o desenvolvimento fosse uma contribuição válida.

Os desdobramentos da campanha foram visíveis através da possibilidade de promover a participação e a influência dos jovens no processo de decisão, além da possibilidade de construção de iniciativas que os afetam diretamente. A grande meta, no entanto foi a possibilidade de influenciar políticas públicas, programas e legislação que afetam diretamente a população jovem em uma perspectiva de direitos humanos (Relatório campanha “Expressa!”, UNFPA, 2006).

A utilização de um meio de comunicação, como a MTV, teve papel fundamental como instrumento utilizado pelos jovens para que suas opiniões, reivindicações e pontos de vista sobre iniciativas de desenvolvimento fossem ouvidos pela sociedade em geral. Como já colocado no capítulo três, a campanha não somente utilizou a forma de comunicação participativa, como também a difusora. A participativa, realizada através

dos grupos focais, teve relevância na própria mobilização dos jovens sobre as questões do desenvolvimento e proporcionada através do empoderamento destes jovens. A comunicação difusora, realizada através da veiculação da campanha em meios de comunicação de massa, teve papel fundamental na divulgação destas reivindicações sociais por parte da população jovem diante da sociedade na qual estão inseridos.

Quanto ao projeto PAF/Mídia, da Oficina de Capacitação para Jovens Radialistas sobre HIV/Aids, Gênero e Uso Indevido de Drogas, vale ressaltar que de acordo com o relatório final do projeto, o uso da técnica de *peer education*, ou educação pelos pares, foi considerada iniciativa positiva para os objetivos propostos.

O objetivo principal do projeto foi o de replicar experiência por meio de recomendações para a formulação de programas e projetos semelhantes. Em outras palavras, sensibilizar e qualificar o jovem radialista não apenas para cobrir melhor as questões relacionadas ao HIV/Aids, mas também estimulá-lo a oferecer sua contribuição para que o jovem e o HIV/Aids passassem a ser assuntos centrais no planejamento e execução de programas de rádio (Relatório de Avaliação PAF/Mídia Capacitação de Jovens Radialistas, UNFPA, 2003).

Esta iniciativa de comunicação está dentro da Teoria da Agenda Setting (ver capítulo 3), que diz respeito à capacidade que os meios de comunicação possuem de colocar um determinado assunto em evidência. Ainda que os meios de comunicação não possam dizer às pessoas como pensar, eles podem, com certeza, influenciar no que as pessoas vão pensar. Seguindo esta lógica, procurar colocar a questão do HIV/Aids na mídia faz com que a prevenção ao vírus e o combate ao preconceito com as pessoas portadoras não caia no esquecimento e se torne, assim, um assunto de constante reflexão, o que em uma epidemia como a Aids é de extrema importância, pois engloba fatores relacionados a comportamentos sexuais e culturais da sociedade.

O relatório final do PAF/Mídia da Oficina de Capacitação para Jovens Radialistas sobre HIV/Aids, Gênero e Uso Indevido de Drogas, faz constar que a iniciativa

pode ser uma ferramenta útil para atingir, simultaneamente, três objetivos: estimular os jovens no campo da comunicação; despertar-os para a importância da profissionalização; e sensibilizá-los para temas sociais relevantes, como as questões mais emergenciais de saúde, educação, segurança pública, entre outras. Transmissão de conhecimento com subsequente prática do chamado efeito do *mão na massa*, provou ser uma receita no

mínimo estimulante para os jovens reunidos em Salvador nesse workshop (Luciano Milhomem, Relatório de Avaliação PAF/Mídia Capacitação de Jovens Radialistas, UNFPA, 2003).

Comparando os dois projetos, pode-se notar os pontos de semelhança entre eles. Primeiramente, ambos foram voltados para o bem-estar da população jovem. Como colocado anteriormente (ver capítulo 3), o UNFPA é uma agência da ONU que tem como uma de suas principais preocupações as questões dos jovens na sociedade. A instituição mostrou claramente também que trabalha com as diretrizes apresentadas pela Teoria de Desenvolvimento Social centrada no conceito de bem-estar caracterizado por Midgley, contendo três elementos: como os problemas sociais são trabalhados em diferentes âmbitos da sociedade, necessidades sociais básicas de sobrevivência (alimentação, água etc.) e oportunidades sociais que possibilitem às pessoas avançar e realizar todo o seu potencial (MIDGLEY, 1995).

Outra semelhança entre os projetos que pudemos aferir foi a utilização da comunicação como um instrumento para se alcançar o desenvolvimento. Os projetos estudados utilizaram a comunicação do modelo participativo e do modelo de difusão. O fato é que a combinação destes dois modelos depende dos projetos de desenvolvimento em si. Deve-se levar em consideração o público e o objetivo que o projeto possui antes de decidir qual o modelo mais indicado. No caso dos dois projetos, a combinação dos dois modelos se mostrou apropriada.

Na campanha “Expressa!” a combinação dos dois modelos ficou mais clara do que no projeto PAF/Mídia. A comunicação participativa ficou caracterizada pelo empoderamento dos jovens envolvidos e a comunicação de difusão se mostrou clara na veiculação da campanha na MTV e na TV Câmara, devido à necessidade de se divulgar as conclusões sobre desenvolvimento a que estes jovens chegaram. Os temas abordados pelos jovens para reduzir a pobreza e promover o desenvolvimento humano foram o acesso à participação dos jovens; o acesso universal à saúde; o acesso universal à educação de qualidade; e emprego digno. Estes temas serviram como ponto de partida para se criar uma pauta de discussão para inserção na programação da MTV. A pauta incluiu política, cultura e participação; a influência da mídia na vida dos jovens; e

sexualidade e saúde sexual reprodutiva (Relatório campanha “Expressa!”, UNFPA, 2006).

No projeto PAF/Mídia, a combinação dos dois modelos também foi demonstrada através do empoderamento dos jovens radialistas. O modelo participativo ficou mais evidente devido também ao empoderamento dos jovens radialistas envolvidos. A comunicação de difusão ficou, neste primeiro momento do projeto, em segundo plano, apesar da realização e produção posteriores de materiais radiofônicos. O modelo de difusão entra como um resultado do modelo participativo. Ou seja, a intenção primeira era sensibilizar os formadores de opinião para que, depois, eles próprios utilizassem as questões relativas ao HIV/Aids em suas programações em uma nítida utilização da ferramenta da Agenda Setting.

O tema HIV/Aids também é considerado um dos grandes desafios da comunicação para o desenvolvimento. Isto torna o projeto PAF/Mídia mais complexo do que a campanha “Expressa!”.

Segundo Thomas Tufte, em seu texto, *Communication for What? How Globalisation and HIV/Aids push the ComDev agenda* – Comunicação para quê? Como a Globalização e HIV/Aids pressionam a agenda da Comunicação para o Desenvolvimento (em tradução livre), a falta de resultados substanciais diante da epidemia, principalmente nos países da África, é consequência do problema da pobreza e das relações desiguais de poder presentes nas sociedades. Para o autor, HIV/Aids é um:

sintoma da injustiça social e econômica e que deve ser combatido de acordo. Não é apenas uma questão de mudar o comportamento individual, abstinência sexual ou uso de preservativos. Isto apenas é o tratamento dos sintomas e não da causa (TUFTE, 2005).

A principal argumentação de Tufte é que o HIV/Aids é um problema do desenvolvimento causado pelos processos de globalização, como imigração e capitalismo (TUFTE, 2005). Pode-se acrescentar a isto, também, questões culturais, de gênero e religiosas. Aquelas relacionadas a esta última ficaram muito claras no Relatório do Projeto PAF/Mídia que demonstrou que uma das preocupações dos participantes era justamente o fato de que abordar o assunto HIV/Aids, em sua programação constituía um assunto difícil, por se tratar de veiculação em emissoras de rádio que pertenciam a grupos religiosos.

Em ambos os projetos de comunicação voltados para o desenvolvimento, o objetivo do UNFPA se mostrou claro. Ou seja, influenciar de alguma forma as políticas públicas do país no qual estas ações foram realizadas com os conceitos de desenvolvimento defendidos por ela. Não é sem razão que a instituição possui uma unidade denominada Assessoria de Comunicação e Advocacy. Segundo a própria assessoria, o termo *advocacy* tem vários conceitos e não existe um consenso quanto àquele mais adequado. Para efeito de trabalho realizado no UNFPA considera-se como *advocacy* os esforços feitos no sentido de influenciar a arena política e conseguir apoio comunitário com o objetivo de alterar percepções públicas sobre determinados temas ou causas.

Seguindo o conceito de *advocacy* utilizado pelo UNFPA conclui-se que, no caso da campanha “Expressa!”, buscou-se sensibilizar através dos debates, não só os jovens, mas principalmente parcelas representativas do Executivo e Legislativo para que elas tomassem conhecimento do que os jovens consideram prioridade no desenvolvimento.

A campanha e, especialmente, a pauta discutida pelos jovens, foram divulgadas para todos os 29 partidos políticos brasileiros, com confirmação de recebimento. Foram informados sobre a campanha, ainda, todos os candidatos à Presidência da República, com confirmação de recebimento (Relatório campanha “Expressa!”, UNFPA, 2006).

Os organizadores da campanha “Expressa!” também enviaram os resultados da iniciativa para as Agências do Sistema ONU, membros da comunidade internacional, potenciais financiadores, ONGs e órgãos do governo brasileiro.

Já no caso do projeto PAF/Mídia da Oficina de Capacitação para Jovens Radialistas sobre HIV/Aids, Gênero e Uso Indevido de Drogas, os esforços foram direcionados para, primeiro, sensibilizar os formadores de opinião representados pelos jovens radialistas para, então, através deles, conseguir o apoio necessário da comunidade com o objetivo de influenciar as políticas públicas sobre o tema HIV/Aids, principalmente em medidas voltadas à população jovem.

A definição de comunicação vai depender muito da finalidade que se busca dela. Para alguns, ela representa a mídia e tecnologias de informação, enquanto que, para outros, a mobilização social e empoderamento de comunidades. Neste trabalho procurou-

se enfatizar a comunicação como ferramenta para a mobilização social e empoderamento, pois só assim o desenvolvimento social poderá ser alcançado.

Para Jan Servaes, a comunicação que lidera com sucesso as ações de desenvolvimento, coloca as pessoas que mais são afetadas por ele:

no centro das discussões, dos debates, das escolhas e decisões necessárias para guiá-las ao seu próprio desenvolvimento. É um processo de diálogo sócio-cultural, troca de informações, construção de um entendimento mútuo, concordância de ação coletiva e amplificação das vozes das pessoas para influenciar as políticas que afetam suas vidas (SERVAES et al, 2007).

Porém o campo da comunicação para o desenvolvimento possui vários desafios, segundo Servaes, com os principais sendo:

- Boa governança, transparência, confiabilidade e comunicação para o desenvolvimento caminham juntos. Boa governança é baseada na participação de todas as pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento;
- Conceitos participativos na comunicação para o desenvolvimento podem ser complexos e desafiadores. Comunidades são formadas por vários interesses e relacionamentos;
- Participação pode acontecer em diferentes níveis: tomada de decisão, benefícios, avaliação e implementação. Participação significa mudança das relações de poder. Portanto, participação exige organização ao redor de interesses comuns e cuidado nas relações de poder;
- É importante reforçar a mídia pluralista e independente para garantir a boa governança e transparência. A liberdade de imprensa não é garantida mesmo nas democracias;
- Iniciativas de comunicação para o desenvolvimento precisam ter ações coordenadas, políticas adequadas e recursos.
- Governos nacionais devem implementar medidas legais que garantam o direito da liberdade de expressão e sistemas plurais de informação, incluindo o reconhecimento específico e crucial do papel da mídia comunitária no acesso da comunicação por parte de grupos isolados e marginalizados. É necessário influenciar políticas de comunicação para o desenvolvimento através de

advocacy, com governos e agências internacionais, corporações e parceiros da sociedade civil, para que ela venha a ter sucesso;

- Construir alianças nacionais e regionais dando voz aos mais pobres; e
- Novas parcerias globais são necessárias com a mídia, agências de desenvolvimento, universidades e governos (SERVAES et al, 2007).

Por fim, Servaes coloca que:

a comunicação para o desenvolvimento utiliza todo um sistema de comunicação que inclui os níveis interpessoal, de comunidade, de redes de organização e de mídia convencional e eletrônica em um ambiente comunicacional que valoriza o conhecimento e acesso à mídia, contendo diversidade e boa governança (SERVAES et al, 2007).

Como demonstrado neste trabalho através da pesquisa realizada em dois projetos de comunicação de uma instituição internacional e de revisão da literatura, o estudo conclui que a comunicação é considerada uma ferramenta para se alcançar o desenvolvimento.

Segundo a agência internacional UNFPA, não só é considerada como um mecanismo neste auxílio como também uma forma de defender as ideias nas quais a instituição acredita. A comunicação para o desenvolvimento pode ser realizada através da comunicação participativa, da difusora ou da combinação de ambas. Pode-se afirmar, no entanto, que a comunicação participativa é a que representa, com mais propriedade, a comunicação para o desenvolvimento.

Este trabalho não tem a pretensão de solucionar os problemas tão complexos que o desenvolvimento apresenta, mas sim buscar mecanismos que auxiliem e contribuam à resolução desses problemas. A comunicação para o desenvolvimento é um desses mecanismos.

REFERÊNCIAS

BARBANTI JR, Olympio. Desenvolvimento e Relações Internacionais. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**, Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2005.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis, Editora Vozes, 1996.

BULL, Hedley. **Sociedade Anárquica**: Um estudo da ordem na política mundial, Brasília/São Paulo. Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BUSTELO, Pablo. **Teorías contemporáneas del desarrollo económico**. Madrid: Editora Síntesis, 1998.

CADIZ, Maria Celeste H. Communication for empowerment: the practice of participatory communication in development. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed.). **Media and glocal change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

CAMPOS, Taiane Las Casas. **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

CARLSSON, Ulla – From NWICO to global governance of the information society. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Glocal Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

CORTES, Soraya M. Vargas. **Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados**, Porto Alegre: Cadernos de Sociologia. Vol.9. UFRGS, 1998.

ERIKSEN, Thomas Hylland – How can the global be local? Islam, the west and the globalisation of identity politics. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Glocal Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: WOLFGANG, Sachs. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório de Avaliação PAF/Mídia – Capacitação de Jovens Radialistas**. Brasília: UNFPA e Programa Conjunto das Nações Unidas Sobre HIV/AIDS – UNAIDS, 2003.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório Final Campanha ‘EXPRESSA!’**: uma iniciativa de mobilização juvenil. Brasília: UNFPA, 2006.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **UNFPA/Brasil**. Brasília: UNFPA, [20-].

HALL, Peter A. e TAYLOR, Rosemary C.R. **As Três Versões do Neo-Institucionalismo**, São Paulo: Lua Nova, número 58, 2003.

HEMER, Oscar e TUFTE, Thomas (editors). **Media and Glocal Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

JACKSON, Robert e SØRENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**: Teorias e abordagens. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2005.

MIDGLEY, James. **Social Development: the developmental perspective in social welfare**. London: Sage Publications, 1995.

MINGST, Karen. **Essentials of Internacional Relations**. New York: W.W. Norton & Company, 1998.

MORRIS, Nancy. The diffusion and participatory models: a comparative analysis. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Glocal Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

PALHANO, André. Indicadores de bem-estar ganham força. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 dez. 2008. p.B6.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução as Relações Internacionais**: temas, autores e visões. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

PEET, Richard. **Theories of Development**. New York: The Guildorf Press, 1999.

PETERS, B. Guy. **El nuevo institucionalismo: teoría institucional en ciencia política**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 1994.

SANTOS FILHO, Onofre dos. O Fogo de Prometeu nas mãos de Midas: desenvolvimento e mudança social. In: CAMPOS, Taiane Las Casas (Org.). **Desenvolvimento, Desigualdades e Relações Internacionais**, Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2005.

SCHRAMM, Wilbur. **Comunicação de massa e desenvolvimento**: o papel da informação nos países em crescimento. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1970.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2001.

SERVAES, Jan e MALIKHAO, Patchanee. Participatory communication: the new paradigm? In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Global Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

SERVAES, Jan (Coordinator) e et al. **Communication for Development**: Making a Difference. Artigo 2007, disponível em: <http://webzone.k3.mah.se/projects/gt2/viewarticle.aspx?articleID=107&am>, acesso dia 23/06/08.

SOUZA, Neli de Jesus. **Desenvolvimento Econômico**, São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SOY, Susan. Cite as: Soy, Susan K. **The case study as a research method**. Unpublished paper, University of Texas at Austin, 1997. disponível em: <http://www.ischool.utexas.edu/~ssoy/usesusers/l391d1b.htm> - acesso 31/01/09.

SZTOMPKA, Piotr. **A Sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

TUFTE, Thomas. Communicating for what? How globalization and HIV/Aids push the ComDev agenda. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Global Change**: rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

UNITED NATIONS POPULATION FUND. **UNFPA & Young People**. Imagine the largest generation of adolescents in history, New York, 2003.

VALORA, Leila de Castro. **Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo empoderamento, em seu sentido transformador**. Artigo, Programa Comunicarte de Residência Social. 2005/2006. disponível em:

http://www.fatorbrasis.org/arquivos/Paulo_Freire - acesso dia 05/01/09.

VIESCA, Karla Valverde e SALAS-PORRAS, Alejandra. **El Desarrollo:** diversas perspectivas. Mexico: Ediciones Gernika, 2005.

XIFRAS- HERAS, Jorge. A Informação Cotidiana. texto compilado do capítulo 2. A **Informação: análise de uma liberdade frustrada**. São Paulo: 1975, Editora da Universidade de São Paulo e Editora Lux., disponível em:

www.portalrp.com.br/bibliotecavirtual/relacoespublicas/teoriaseconceitos/ - acesso dia 27/12/08.

WAISBORD, Silvio. Five key ideas: coincidences and challenges in development communication. In: HEMER, Oscar; TUFTE, Thomas (Ed), **Media and Glocal Change:** rethinking communication for development. Buenos Aires: CLACSO, 2005. (Publicaciones Cooperativas).

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação:** mass media: contextos e paradigmas. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

WRIGHT, Charles Robert. **Comunicação de massa:** uma perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1973.

YIN, Robert. **Applications of Case Study Research**. Google Book. disponível em:

http://books.google.com/books?hl=ja&lr=&id=Ht8m44CA3YIC&oi=fnd&pg=PR9&dq=Case+Study+Research:+Design+and+Methods+-+Yin+R.K.&ots=Jpe3SJ03a0&sig=ZFIJmgq2dHb7nWps_nyvbQXpeM8#PPA4,M1 – acesso dia 31/01/09 –

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and Methods**. Third Edition. Google Book Applied Social Research Method Series. Volume 5. disponível em:

http://books.google.com/books?id=BWea_9ZGQMwC&printsec=frontcover&dq=Case+Study+Research:+Design+and+Methods+-+Yin+R.K.&as_brr=3&hl=ja&source=gbs_book_other_versions_r&cad=1_1#PPA2,M1 acesso 31/01/09

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Como O UNFPA Realiza o seu trabalho no Brasil?
- De que maneira que foram realizados os projetos Campanha “Expressa!” e o PAF/Mídia capacitação de jovens radialistas?
- O que significa Programa de Aceleração de Fundos, PAF?
- Como o UNFPA trabalha o conceito de Desenvolvimento na instituição?
- Como o UNFPA trabalha a comunicação na instituição?
- Qual o conceito de *advocacy* que o UNFPA adota?
- Qual a avaliação que o UNFPA faz dos projetos “Expressa!” e PAF/Mídia capacitação de jovens radialistas?
- O UNFPA considera a comunicação uma ferramenta para o desenvolvimento?

